

A agenda do Banco Mundial na temática do trabalho e suas repercussões sobre a atuação do Estado Brasileiro.

Alex Espirito Santo Carvalho dos Santos¹
Angela Maria Carvalho Borges²

O objetivo central desta pesquisa foi conhecer os principais aspectos dos diagnósticos do Banco Mundial sobre a situação do trabalho no Brasil, as políticas e reformas propostas para a solução dos problemas identificados e avaliar em que medida eles vem sendo incorporados pelo Estado Brasileiro com a introdução de reformas na legislação trabalhista, nas instituições responsáveis pelo seu cumprimento e com a implementação de políticas voltadas para o trabalho. A metodologia adotada para a construção do trabalho constou da revisão bibliográfica, da análise dos relatórios sobre trabalho do Banco Mundial (especialmente o de 1995 “O trabalhador e o processo de integração mundial” e o de 2013, “Empregos”) e da pesquisa em sítios eletrônicos do Governo Federal. O Relatório de 1995 identificou na rigidez demasiada nas relações de trabalho, na forte presença estatal e sindical, no elevado gasto com pessoal no funcionalismo público e na falta de um rígido controle fiscal os obstáculos ao desenvolvimento do país e à melhoria da situação dos trabalhadores. As principais recomendações foram no sentido extinção da política salarial, da negociação voluntária das condições de trabalho entre empregados e empresas (individual e coletivamente), extinção da estabilidade de emprego, flexibilização nas relações de trabalho e direcionamento dos subsídios governamentais a treinamento e educação dos que não podem pagar. Este direcionamento foi seguido pelos dois governos de FHC, com perfil neoliberal, por meio de Ministério do Trabalho e pelo Congresso Nacional. Principais medidas: denúncia da Convenção 158 da OIT, que proíbe demissão imotivada no País, a aprovação da Emenda Constitucional número 19 no ano de 1998, que passou a permitir a contratação de servidores públicos pelo regime CLT, aplicação de multas aos sindicatos em decorrência de greves, a limitação do número de dirigentes sindicais com direito a estabilidade, dentre outras que resultaram na desproteção trabalhista, flexibilização e precarização nas relações de trabalho. A partir de 2003, os governos deixam de ter uma perfeita simetria com as recomendações dos organismos internacionais, passando adotar políticas opostas, como a de valorização do salário mínimo, a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, passando

¹ Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Católica do Salvador pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e membro do Núcleo de Estudos do Trabalho - NET.

² Profa. Dra. do PPG em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e líder do . Núcleo de Estudos do Trabalho – NET. Orientadora.



o Estado a uma postura proativa para a geração e formalização de empregos. Mas manteve a flexibilização das relações de trabalho, sobretudo com a ampliação da terceirização. O Relatório do Banco Mundial de 2013 colocou ênfase no fomento à empregabilidade para condução ao desenvolvimento. Neste aspecto, pode-se dizer que algumas recomendações deste relatório foram ao encontro do Estado Brasileiro, que já desenvolvia políticas como as de incentivo à empregabilidade da juventude, dado o grau mais acentuado de desemprego nessa faixa etária, e uma política de envelhecimento laboral, em virtude da elevação da expectativa de vida e ampliação dos gastos previdenciários. Destacam-se o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), ao ProJovem Trabalhador, ao Aprendiz Legal. Todos estes programas abarcam a população jovem, com variações entre 14 e 29 anos a depender do programa. No que tange ao incentivo ao envelhecimento ativo, a criação do Centro Internacional de Longevidade Brasil (ILC-Brasil), sediado no Rio de Janeiro, inauguradas em 2012, com a missão de propor ideias e diretrizes para políticas públicas intersetoriais, voltadas ao envelhecimento ativo. Também é notório destacar o reconhecimento do instituto da "desaposentação" pelo Superior Tribunal de Justiça, vislumbrando uma extensão da vida laboral. Nota-se que a tendência significativamente mais neoliberal do Estado brasileiro dentre os anos de 1995 e 2003 acarretou em uma maior incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro e suas políticas públicas as recomendações emanadas pelo Banco Mundial. Diferentemente do seu antecessor, a partir de 2003 os governos a observância das recomendações elencadas nos relatórios do Banco Mundial foi limitada e de menor proporção, dado a maior intervenção governamental na economia e nas relações de trabalho, com maior incentivo à formalização nos empregos, apoio aos sindicatos, manutenção à fixação do salário mínimo com reajuste anual com ganho real, dentre outras medidas pró-trabalhador.

Palavras-chave: Banco Mundial; Trabalho; Políticas Públicas; Estado brasileiro

A atuação do Engenheiro Civil e os riscos ambientais

Fernanda Flores Borges Silva¹
Cristina Maria Macêdo de Alencar²

O mundo urbano atual, tido como moderno e tecnológico, acaba por afastar o homem daquilo que lhe é natural. Uma profissão que está intimamente ligada a isso e é tida como responsável por modificar o ambiente de natural para urbano é a do engenheiro civil. Dentre as disputas da engenharia com a natureza estão àquelas referentes ao uso da água, a qual é vital ao ser humano, tanto no modo de vida rural quanto no urbano-industrial. A fim de correlacionar a atuação do profissional desta área e os riscos ambientais referentes às tensões no uso da mesma, em Salvador e Região Metropolitana, foi desenvolvido o presente estudo. Como procedimentos de pesquisa utilizou-se a revisão bibliográfica, para verificar como engenheiro civil lida com a complexidade da sociedade que o cerca e como isto está relacionado com os riscos ambientais, e a coleta de evidências em jornais locais e sua posterior análise, de acordo com a metodologia do IQRM - Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana. Foi constatado que a atuação deste profissional, na maioria das vezes, permite a geração de riscos por não possuir o conhecimento sobre a dinâmica da vida local, ignorando os efeitos da sua obra sobre a mesma. Nesse sentido, a utilização de indicadores qualitativos vem a contribuir para a atuação do engenheiro em práticas de avaliação de ameaças para prevenção de riscos e eventos ambientais, pois permite uma maior análise das dimensões sociais e ambientais que cercam o profissional dessa área. Através de análises por indicadores qualitativos, de fatos empíricos aqui qualificados como tensões no uso da água, é possível entender melhor a dinâmica local o que possibilita um processo de planejamento, gestão e execução de projetos consistente, de modo a priorizar a segurança, saúde e bem estar da sociedade.

Palavras-chave: Indicadores qualitativos; Riscos ambientais; Tensões no uso da água

¹ Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Salvador(UCSAL) , bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC-UCSAL –COTA FAPESB.

² Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Orientadora.

A atuação política da Câmara Municipal de Salvador (1801-1889)

Henrique Soares Magalhães¹

Luciana Conceição de Almeida Martins²

André Luis Freire Lima Filho³

A pesquisa tem como objeto de estudo a atuação da Câmara Municipal de Salvador, entre os anos 1801-1889, a partir de suas correspondências (enviadas e recebidas). O objetivo é proporcionar, por meio de transcrições paleográficas, ao público mais amplo, a democratização dessas fontes (sobre a história da Bahia e sobre o papel/desempenho da Câmara Municipal de Salvador, durante século XIX), garantindo, ao mesmo tempo, a preservação do acervo e a intensificação dos estudos sobre os aspectos da história da Bahia, mediante arquivamento em livro digital – que corresponderá à maior facilidade de leitura, estudo e difusão das informações contidas nos documentos históricos. A metodologia utilizada na pesquisa foi: coletar tais fontes manuscritas, transcrever, analisar, catalogar, glosar e elaborar resumo de cada documento; outra ação imprescindível foi a busca por embasamento sobre a importância/funcionalidade da Câmara na cidade: fez-se necessário estudos e levantamentos bibliográficos relacionados ao tema. No momento, a pesquisa finalizou a primeira fase das transcrições. Pretende-se, como produto final, um livro de referências, em meio eletrônico, disponibilizado para a consulta de qualquer pesquisador, além de um seminário para divulgar dos resultados junto à comunidade acadêmica e entorno. O projeto faz parte da Linha de Pesquisa *Política e Relações de Poder na Bahia*, componente do Núcleo *Cultura, Poder e Memória*, da Universidade Católica de Salvador (UCSal).

Palavras-chave: Câmara Municipal de Salvador; Fontes históricas; História da Bahia.

¹ Discente do curso de História da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Programa de bolsas Iniciação Científica da UCSal.

² Docente do curso de História da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Orientadora.

³ Docente do curso de História da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Coorientador.

A atual conjuntura do instrumento urbanístico das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) nas subdivisões do Subúrbio e miolo de Salvador sob o olhar de suas respectivas comunidades

Emerson Silva Serra¹
Aparecida Netto Teixeira²

Este projeto tem como objetivo avaliar a aplicação acerca do instrumento Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) nas subdivisões do Subúrbio e Miolo de Salvador, verificando a atual situação das ZEIS nesses locais, levando em consideração o olhar de suas respectivas comunidades. Assim como analisar a implementação de políticas públicas das áreas selecionadas na cidade de Salvador/BA, a partir da visão das respectivas comunidades. O referido instrumento objetiva a regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários, por meio de políticas públicas, conforme está previsto no Estatuto da Cidade (2001). Para realização desta pesquisa utilizou-se a metodologia qualitativa, com base na realização de entrevistas e visitas “in loco” em duas ZEIS de Salvador/BA, quais sejam: Nova Constituinte e São Marcos. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UCSal, após o qual foram realizadas as entrevistas junto aos representantes das respectivas comunidades selecionadas. A análise comparativa das entrevistas tratou de identificar, principalmente, aquelas áreas que mais avançaram relativamente ao empoderamento das comunidades no que concerne ao instrumento. Como resultados obtidos pode-se constatar que, apesar dos avanços importantes trazidos pelo Estatuto da Cidade, na busca por uma cidade mais igualitária, democrática, equilibrada e justa, ainda há muito que percorrer para a expansão da aplicação de forma efetiva do instrumento de ZEIS. Os resultados alcançados na pesquisa apontam que a regulamentação do instrumento vem sendo feita de modo insatisfatório, no que concerne ao entendimento das comunidades. Conclui-se que se faz imperioso um maior interesse público para a regularização dessas áreas, bem como uma resposta mais efetiva da administração pública, considerando as poucas ou inconclusivas respostas do aparelho estatal frente às demandas das comunidades.

Palavras-chave: Zona Especial de Interesse Social; Nova Constituinte; São Marcos;

¹Estudante do Curso de Direito da UCSAL; Bolsista de Iniciação Científica da Fapesb. Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática das Cidades”, coordenado pela Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira.

²Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAUSP; Profa. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Salvador – UCSAL; Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade”. Orientadora.

A ausência do parâmetro vulnerabilidade na avaliação de ameaças e desastres pela Engenharia Civil na CODESAL

Ilan Araújo Silva e Silva¹
Cristina Maria Macêdo de Alencar²

Considerando que os riscos sinalizam um possível evento, uma vez que, a condição de risco é própria da sociedade moderna e que se intensifica cada vez mais o uso de tecnologia, ícone dessa sociedade, torna-se menos compreensível, que não se previna os eventos de forma mais eficiente e eficaz, amenizando e reduzindo os impactos sociais, ambientais, políticos, econômicos, éticos, culturais dentre outros, que atingem as populações dessa mesma sociedade. Nesse contexto, o presente texto vem discutir a formação do engenheiro civil na sua atuação frente a situações de riscos e desastres presentes na sociedade moderna, formação essa, que historicamente foi focada nos aspectos técnico-práticos. Analisou-se o cotidiano desse profissional inserido na CODESAL, a partir da análise de notificações e dos formulários denominados de: FICHA DE VISTORIA TÉCNICA ABERTA EM CAMPO - IMÓVEIS, da CODESAL no período de 28/05/2015 até 30/03/2016. Trata-se de uma pesquisa explicativa, exploratória e, em relação ao tratamento dos dados, foi adotada a análise de documentos substanciada por uma revisão bibliográfica de contextualização dos dados. Ficou evidenciado que a formação do Engenheiro Civil ainda possui uma predominância tecnicista, ademais, numa situação de riscos e desastres o fator vulnerabilidade como parâmetro indicador é negligenciado. Sugere-se então, uma maior articulação entre teoria e prática para uma abordagem menos pautada nos problemas físico-estruturais e sim, numa tendência mais humana, ambiental, social, político, qualitativo e quantitativo, ou seja, uma prática mais integral, como institui o Conselho Nacional de Educação na resolução 03/2002 em seu artigo 3°.

Palavras-Chave: Formação do Engenheiro; Riscos e Desastres; Vulnerabilidade.

¹ Graduando em Engenharia Civil, pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL –Membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza-Bolsista CNPq. E-mail: ilantri@hotmail.com.

² Prof.^a Dr.^a titular na Universidade Católica do Salvador – UCSAL- Líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza. E-mail: cristina.alencar@ucsal.br. Orientadora.

A formação inicial no curso de Pedagogia da UCSAL: representações de estudantes sobre o Projeto Pedagógico do Curso¹

Ana Paula Fernandes da Silva Pereira²
Antonio Alberto da Silva Monteiro³

Este trabalho tem como objetivo o estudo das representações dos estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador, em relação ao perfil de egresso e a organização didático-pedagógica propostos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O estudo é resultado de uma pesquisa financiada pela FABESP e desenvolvida no âmbito da iniciação científica do Curso de Pedagogia UCSal, como parte das produções do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: a primeira correspondeu à revisão bibliográfica com objetivo de compreender como se deu a criação do Curso de Pedagogia no Brasil; a segunda etapa foi realizada através de pesquisa de campo, com a aplicação de questionário aos estudantes do 3º semestre que ingressaram em 2015.1, com objetivo de confrontar aspectos relacionados às representações dos estudantes e as proposições do PPC no seu processo de implementação. A análise dos resultados evidencia que os estudantes, na sua grande maioria, fazem uma representação positiva do curso, classificando como ótimo, muito bom e bom. Pode-se depreender da pesquisa que de fato o curso vem fomentando um processo formativo democrático e participativo, em consonância com os objetivos propostos na sua reformulação, tendo o estudante como sujeito atuante.

Palavras-chaves: Curso de Pedagogia; Projeto Político Pedagógico; Avaliação.

¹ Artigo resultado de projeto de pesquisa de iniciação científica, financiada pela FAPESB, parte das produções do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE, do Curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador, orientado pela Profª Drª Ana Sueli Teixeira de Pinho.

² Bolsista iniciação científica, financiada pela FABESP, estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador e membro do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE. paulasilvapereira1@outlook.com

³ Graduado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (1985), em Pedagogia Hab Sup e Orientação Educacional e Adm pela Universidade Católica do Salvador (1986), Especializado em Administração Escolar pela Universidade Católica de Pernambuco (1997), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003) e Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2011). Professor e coordenador do Curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador e coordenador da área de Avaliação Institucional. Orientador

A formalização do trabalho por conta própria no Brasil: uma análise da política de incentivo ao microempreendimento individual

Anderson Silva dos Santos¹
Angela Maria Carvalho Borges²

O objetivo central desta pesquisa foi estudar a formalização das relações do trabalho por conta própria, investigado e analisando o perfil dos microempreendedores, bem como os mecanismos jurídicos contidos nas políticas de inclusão socioeconômica, destacando seus aspectos fiscais, previdenciários e a concessão de crédito dirigida a esse segmento. A metodologia adotada para a construção do trabalho constou da revisão bibliográfica, da pesquisa no acervo do SEBRAE, nos relatórios do BANCO MUNDIAL e da análise legislação pertinente à discussão, notadamente, a Lei complementar nº 123/2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; a Lei complementar nº 128/2008, que cria a figura do Microempreendedor Individual - EI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006) e a Lei nº 11.598/2007, que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas. Segundo a legislação compreende-se como microempreendedor individual (MEI) a pessoa que trabalha por conta própria (trabalho por conta própria aquele que é exercido explorando o próprio empreendimento, com sócio ou sozinho) obtendo no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. A figura do MEI surge a partir de esforços do Governo Federal com o objetivo de formalizar as relações de trabalho de grande parcela dos ocupados que ainda se encontra na informalidade, visando o aumento da arrecadação tributária e a inclusão dos referidos trabalhadores no acesso a benefícios previdenciários tais como , licença maternidade , auxílio doença, aposentadoria. Assim, os dados inerentes à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) e SEBRAE , apontam um aumento progressiva no percentual de trabalhadores em busca de formalização. Dados do SEBRAE demonstram que, da vigência da lei, em 2009 a 31 de dezembro de 2015, foram registrados no Brasil, 5.680.614 MEIs . Dentre os pontos que contribuíram para este

¹ Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Católica do Salvador pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e membro do Núcleo de Estudos do Trabalho - NET.

² Professora. Dra. do PPG em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e líder do Núcleo de Estudos do Trabalho – NET. Orientadora.

aumento destacam-se a possibilidade de acesso a crédito, o aumento geral das vendas e a possibilidade de negócios com outras empresas ou com o governo. A análise dos dados, bem como a pesquisa bibliográfica permitem afirmar que, o programa de formalização de microempreendedores individuais apresentou uma evolução positiva desde a sua propositura, sendo observado além do crescimento da população a aderir a REDESIM, a redução da taxa de informalidade, o aumento da cobertura previdenciária, bem como surgimento de novos postos de trabalho protegidos. Vale frisar que a implantação do MEI ocorreu simultaneamente a um conjunto de políticas de trabalho e renda que contribuíram efetivamente para o aumento do emprego formal, do salário mínimo, assim como na transferência de renda, o que certamente criou um ambiente favorável à expansão do mercado para os pequenos negócios.

Palavras-chave: Microempreendedor individual; Empreendedorismo; Conta própria

A fundamentação jurídica na decretação de medidas cautelares para as mulheres na Comarca de Salvador nos anos de 2013 e 2014

Milena Oliveira de Queiroz¹

Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado²

O trabalho tem como objetivo uma análise sobre as medidas cautelares e a sua aplicação às mulheres da Cidade de Salvador entre os anos 2013 e 2014. Para tanto, foi realizada pesquisa teórica sobre as questões de gênero, o movimento feminista e a busca na defesa dos direitos da mulher. No relatório do Infopen Mulheres, elaborado pelo DEPEN/Ministério da Justiça (DEPEN), no ano de 2000 as mulheres representavam 3,2% da população prisional, em 2014 elas passaram a representar 6,4% do total encarcerado. Segundo os últimos dados de junho de 2014, quando a pesquisa foi fechada, o Brasil contava com uma população de 579.7811 mil pessoas no Sistema Penitenciário. Dessas, 37.380 eram mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014, o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%. Conforme sinteticamente analisado, as pesquisas mostram o aumento da população feminina em relação aos anos anteriores. A prisão cautelar deve ser fundamentada em circunstâncias concretas que denotem a sua efetiva necessidade. Logo, A prisão cautelar deve ser usada somente como a *ultima ratio* para a efetividade do processo. Em fevereiro de 2015, o CNJ, em parceria com o Ministério da Justiça e o TJSP, lançou o projeto Audiência de Custódia, que consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante. A ideia é que o acusado seja apresentado e entrevistado pelo juiz, em uma audiência em que serão ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso. A partir dos dados fornecidos no Núcleo de Prisões em Flagrante, traçamos a proporção do número de prisões preventivas e outras medidas cautelares decretadas para as mulheres, considerando o número de autuações de prisões em flagrante; destacando o perfil destas mulheres, observando como tiveram retratadas as situações precárias sob as quais vivem. Noutra vertente desta análise, como funciona o Núcleo de Prisões em Flagrante e a sua estrutura, além de trazer á baila o conflito existente entre as medidas cautelares e o Princípio do Estado de Presunção de Inocência.

¹ Graduanda de Direito e orientanda no Núcleo Ciências Criminais e políticas públicas pela Universidade Católica de Salvador. email: milenaoliveira@gmail.com

² Professora na Universidade Católica de Salvador. Graduada em Direito pela UFBA, Mestrado e Doutorado em Direito pela PUC-SP. email: armprado@yahoo.com.br. Orientadora.

A importância da Pesquisa Monográfica para a formação profissional

Ingrid Oliveira da Silva¹

Maria de Fátima Pessoa Lepikson²

A Pesquisa “Temas e Importância da Pesquisa Monográfica na Formação do Assistente Social”, partiu do interesse de se conhecer como a questão social tem sido tratada nas monografias do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. Com base nesse interesse foi que se buscou “Conhecer os principais temas abordados pelos estudantes de Serviço Social a partir da análise de pesquisas monográficas”. As diretrizes curriculares aprovadas em 1996 (ABEPSS / MEC) foram a base de todo o processo da pesquisa. Na Escola de Serviço Social / UCSal essas diretrizes só foram implementadas a partir de dezembro 2001. Considerando que a previsão de integralização do curso é de quatro anos, as primeiras monografias pautadas nessas diretrizes foram concluídas somente em 2005. Em um primeiro momento a pesquisa se pautou em dados quantitativos. Foram levantadas 100% das monografias depositadas na Biblioteca da UCSal (mil duzentos e vinte cinco). Com base nesse levantamento foi que se procedeu a sistematização das monografias caracterizando-as por temáticas, ou como se passou a chamar, por “macroáreas”. A macroárea que mais se destacou foi a de Saúde. Nessa o maior interesse das estudantes recaiu sobre a intervenção profissional. A partir dessa última sistematização, foi que, já assumindo uma abordagem de caráter qualitativo, se realizou a análise da confluência das monografias com as orientações das diretrizes curriculares. Constatou-se, então, a importância conferida à visão crítica do profissional para intervir nas diversas manifestações da questão social. Nessa intervenção foi ressaltada a importância atribuída à humanização da intervenção e à politização dos usuários dos serviços de saúde. A questão dos direitos sociais também mereceu destaque especial. Ficou ainda evidenciada a importância atribuída à observância do Código de Ética Profissional e da Lei que regulamenta a profissão (nº 8662/93). Outro ponto que mereceu destaque, norteado pelas diretrizes curriculares, diz respeito à questão da relação entre teoria e prática. Um número expressivo das monografias vinculava-se à experiência de estágio. A relação entre teoria e prática vem a corresponder à hipótese inicial do Projeto de Pesquisa no que diz respeito à monografia como importante instrumento de formação profissional, na medida em que estimula a reflexão crítica sobre a inserção profissional nos diferentes processos de trabalho. Dito isto é que se pode afirmar que o objetivo pretendido foi alcançado e, mais que isto, os dados

¹ Graduanda do 3º Semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador; Bolsista de Iniciação Científica financiada FAPESB. Membro do Grupo de Pesquisa “Questão Social, Estado e Sociedade Civil”.

² Prof.^a Doutora da Escola de Serviço Social e do Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania da UCSal. Líder do Grupo de Pesquisa “Questão Social, Estado e Sociedade Civil”. Orientadora.



e reflexões decorrentes da pesquisa, suscitaram a necessidade de se aprofundar as discussões sobre a formação do assistente social. Vale acrescentar, que a linha de Pesquisa “Serviço Social e Formação Profissional”, do “Grupo de Pesquisa Questão Social, Estado e Sociedade Civil” do qual a bolsista faz parte, assumirá a continuidade dessa pesquisa absorvendo dessa vez um maior número de estudantes e pesquisadores.

Palavras-chave: Formação profissional; Questão social; Monografia.

A importância da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS

Rafaela Souza Lago¹
Ana Maria Fernandes Pitta²

Com o crescimento do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, inicia-se um processo de redução dos leitos psiquiátricos e implantação de serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Esses serviços dão origem à nova tendência de despolitização da política de Saúde Mental, baseada na comunidade, que define o território e a rede de cuidados, que se articula para promover intervenções que auxiliem na preservação da saúde de todos os indivíduos participantes dela. A rede de Atenção Psicossocial é composta por serviços da Atenção Básica; Atenção Psicossocial especializada; Atenção de Urgência e Emergência; Atenção residencial de caráter transitório; Atenção Hospitalar e Estratégias de desconstitucionalização e Reabilitação psicossocial. A rede tem como objetivo interligar todos esses serviços a fim de oferecer um cuidado de qualidade aos indivíduos do seu território, através da reabilitação psicossocial, que vai desde a promoção da saúde até exercícios de cidadania. As RAPS, enquanto espaços públicos são instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e não deveriam ser monopolizados, por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, mas são heterogêneos, ou seja, refletem a pluralidade social e política de um país de dimensões continentais. Portanto, visibilizam o conflito, proporcionando condições para tratá-lo de maneira tal que se reconheçam os interesses e opiniões na sua diversidade; “e nas quais haja uma tendência à igualdade de recursos dos participantes em termos de informação, conhecimento e poder” (Bravo, 2006: 24). Conclui-se que a RAPS constitui-se de uma importante estratégia para a implantação de políticas públicas que busca garantir os direitos e cidadania dos seus usuários, e que o seu diferencial é garantir que a intersetorialidade articule-se de forma harmônica, criando vínculos com a sociedade para um melhor atendimento ao território.

Palavras-chave: Redes de Atenção Psicossociais; Reforma Psiquiátrica; Centro de Atenção Psicossocial

¹ Graduanda em Enfermagem, PIBIC-FAPESB do Núcleo de Estudos em Saúde e Cidadania, NESC-CNPq, vinculado ao Projeto Avaliação das Redes de Atenção Psicossociais, com foco nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Macaúbas.

² Mestrado e Doutorado em Medicina Preventiva/Saúde Mental pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado no Instituto Mario Negri, Milão Itália. Professora da UCSal e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde e Cidadania NESC-CNPq e do Projeto Avaliação das Redes de Atenção Psicossociais, com foco nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Macaúbas. Orientadora.

A influência da família na criação de um sujeito não reflexivo

Danilo Miranda Ribeiro¹
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

Este projeto busca discutir a formação reflexiva que a educação na família oportuniza ao filho ter e, posteriormente, quais impactos desta educação numa sociedade democrática que caminha com vistas à concretizar ideias de igualdade e liberdade. Discutir-se-á a atuação da família como um instrumento fundamental para a manutenção das regras construídas na sociedade, partindo do pressuposto de que o homem, enquanto ser desejante, busca a consagração social, o que justifica a educação e o direcionamento dos seus desejos pela família, que domestica o filho, adequando-o às normas sociais, ainda que de maneira imperceptível. Educando o filho no campo dos sentidos e criando reações estímulo-resposta, a família acaba por criar um sujeito que não é hábil em refletir, em pensar de forma diferente ou de forma a criticar o que está posto. A grande questão da manutenção das regras reside no fato de que posteriormente o filho, enquanto dominado, se tornará dominante, quando adulto, já que poderá influenciar de maneira mais relevante o curso da sociedade, porém este adulto é um sujeito que facilmente se deixará instruir, já que sofreu um grande processo de docilização, quando mais novo. Dessa forma, busca-se entender a família como uma forma de facilitar a tutela sobre o indivíduo, o que transcende à presença da mesma, pois muitas outras instituições se valem do processo educativo para manter o status quo e diminuir o número de agentes que tendam à subversão do que está posto.

Palavras-chave: Família; Processo educativo; Docilização.

¹ Graduando do Curso de Direito – UCSal - e PIBIC FAPESB. E-mail: danilo25br@gmail.com

² Pós-doutorado em Humanidades pela Universidad de Salamanca, Espanha (2011, CAPES e 2008, CNPq). Doutorado em História - Universidad de Leon (2003). Integrante e líder do Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura (NPEJI/UCSAL) e integrante do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade - NEHSC - PUC/SP e do Núcleo de Pesquisa em Governança e Instituições (UCSAL - Políticas Sociais e Cidadania). E-mail: vanessa.cavalcanti@uol.com.br . Orientadora.

A influência do gradiente de altitude na comunidade de aranhas no Parque Estadual das Sete Passagens em Miguel Calmon, Chapada Diamantina-BA

Bárbara Raíssa Santos Pereira¹
Kátia Regina Benati²
Marcelo César Lima Peres³

Ao longo do globo terrestre diversos fatores afetam a distribuição espacial e temporal de várias espécies, como, a altitude, longitude, relações intraespecíficas, temperatura, clima, além de influência antrópica e outros fatores que podem alterar a distribuição de certas espécies ao longo de um gradiente de altitude. Ambientes montanhosos têm como característica os gradientes altitudinais, que podem restringir a distribuição de certas espécies ao longo da montanha. Esses gradientes vem sendo estudados há bastante tempo, pois, os primeiros pesquisadores, observaram que a estrutura vegetacional sofria mudanças ao longo do gradiente, por isso, associaram essa observação com a variação da diversidade de espécies ao longo dos gradientes. De acordo com literatura, existem padrões altitudinais que justificam o aumento ou a perda da diversidade de espécies em um gradiente altitudinal. Um desses padrões é o Monotônico decrescente, sendo conhecido também como *Efeito Rapoport*, onde este deduz que com aumento da altitude há o declínio da diversidade de espécies. Este mesmo padrão pode ser notado em comunidades de artrópodes, a exemplo de aranhas, formigas entre outros. As aranhas por serem um grupo megadiverso e por serem amplamente distribuídas em quase todos os ambientes terrestres, podem servir como bioindicadoras, já que estão suscetíveis a mudanças em seu habitat devido aos fatores bióticos e abióticos. O presente estudo tem como objetivo verificar se há influência do gradiente de altitude sobre a riqueza em espécies na comunidade de aranhas do Parque Estadual de Sete Passagens, e em qual altitude se encontra maior índice de diversidade. Para o seguinte estudo foram postos dois transectos ambos com 150m, contendo cinco pontos amostrais, a distância entre cada ponto é de 30m, em quatro altitudes diferentes (1211m, 1162m, 1128m e 1005m), totalizando 40 pontos amostrais. Foram usados os métodos de Guarda-chuva Entomológico, Extrator Winkler e Coleta Manual Noturna. Em cada ponto foram mensuradas as variáveis ambientais: Espessura de serrapilheira, cobertura herbácea, temperatura máxima e mínima e a temperatura e o declive do solo. Através desse estudo espera-se encontrar diferença entre as comunidades de aranhas ao longo do gradiente de altitude, identificando o padrão ocorrido. Contribuindo assim, para a elaboração de uma lista de espécies, a qual auxiliará

¹ UCSal, Instituto de Ciências Biológicas, Centro de Ecologia e Conservação Ambiental (Ecoa). Bolsista CNPQ.

² UCSal, Instituto de Ciências Biológicas, Centro de Ecologia e Conservação Ambiental (Ecoa). Coorientadora.

³ UCSal, Instituto de Ciências Biológicas, Centro de Ecologia e Conservação Ambiental (Ecoa). Orientador.

na composição do plano de manejo do Parque Sete Passagens, indicando assim as áreas com maior diversidade, para melhor elaboração de estratégias e ações para conservação.

Palavras chaves: Araneofauna; Padrões altitudinais; Efeito rapoport

A política de drogas no Brasil: quem são os “traficantes de drogas”? Uma análise da seletividade penal

Bianca Santos Souza¹
Márcia Esteves de Calazans²

O presente projeto tem como objetivo analisar a política criminal de drogas no Brasil a partir do histórico da legislação penal temática, bem como de discursos político-criminais correlatos. Como ponto de partida analisou-se as definições de sistema penal e suas agências para compreender o processo de criminalização e sua seletividade. A partir das categorias de criminalização primária e secundária, compreendeu-se a operacionalidade do sistema penal no tocante à repressão ao tráfico de drogas, cuja política criminal se baseia em perspectivas belicistas e pautadas no extermínio do inimigo identificado no traficante de drogas. Intentou-se em discutir quem é de fato o sujeito criminalizado concretamente pelo delito de tráfico de drogas em contraste aos estereótipos difundidos pelo senso comum midiático, bem como tais características interferem no processamento do delito em estudo. A fundamentação teórica desse projeto se baseia em estudos sobre os desdobramentos da política criminal de drogas e seu impacto sobre o sujeito criminalizado, além de reflexões sobre a Lei 11.343/2006 à luz dos estudos já realizados sobre a temática seletividade penal, especialmente pelas Ciências Sociais e o Direito. Quanto ao método empregado, analisou-se Autos de Prisão em Flagrante (APF) tipificados no art. 33, da Lei 11.343/06, no período de 2011, verificando os seus desdobramentos. Buscou-se acompanhar a apreensão deste crime pela justiça criminal desde a queixa feita na Polícia Judiciária até o resultado da sentença de primeiro grau, tal acompanhamento justifica o ano escolhido para ser objeto da análise em questão. As organizações estudadas são o Judiciário, o Ministério Público e as Varas Criminais. Com os resultados obtidos desse projeto, tem-se a pretensão de apontar para a importância de se compreender os determinantes dos fenômenos que cercam a política criminal de drogas no Brasil, com a finalidade de, a partir desse entendimento, propor reformas pontuais que sejam capazes de dotar o Sistema de Justiça Criminal de maior eficiência e efetividade, mas não de seletividade.

Palavras-chave: Política de drogas; Juventude; Seletividade penal.

¹ Graduanda do Curso de Direito da UCSal. Bolsista PIBIC/CNPq junto ao Núcleo Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania.

² Doutora em Sociologia pela UFRGS, Pós-doutora em Sociologia pela USP, Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Graduada em Psicologia pela PUCRS. Docente da UCSal no PPG em Políticas Sociais e Cidadania. Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania/CNPq. Orientadora.

A produção do autocuidado e atenção articulados na vivência em uma Residência Terapêutica: uma nova visão do mundo

Lúcio Silva Sande¹
Ana Maria Fernandes Pitta²

Desde a Reforma Psiquiátrica com o advento da Lei Federal Nº 10.216, de 6 de Abril de 2011, a atenção e o cuidado às pessoas com Transtornos Mentais ganhou uma nova abordagem. O indivíduo com sofrimento psíquico tem direitos que devem ser assegurados pela sociedade e principalmente profissionais que trabalham na prestação do cuidado. Com essa intenção, foi criado o Serviço Residencial Terapêutico, SRT, uma nova maneira de assistência em saúde e interação social aos pacientes internados em Hospitais Psiquiátricos e usuários dos Centros de Atenção Psicossociais, CAPS. É o rompimento da atenção hospitalocêntrica, onde a patologia é tratada e o indivíduo fica em segundo plano. A proposta das Residências Terapêuticas é observar o indivíduo, as necessidades específicas de cada um e reinseri-lo na sociedade por meio do convívio com outras pessoas em uma casa. O ambiente domiciliar estimula a retomada da rotina em uma residência, lar, tornando o indivíduo útil e capaz de realizar tarefas cotidianas, que antes não podiam realizar, por estarem fadados a um leito hospitalar. Os Cuidadores e demais profissionais acabam adotando esse papel de referência familiar e, por isso, devem ser bem capacitados para lidar com os problemas corriqueiros, que acometem a residência. Esse novo modelo de Assistência em Saúde Mental garantiu a prática dos Direitos Humanos às pessoas com Transtornos Mentais. O estigma da “loucura” e o preconceito da sociedade devem ser retratados. Pode-se viver em sociedade, pode-se ter uma vida como qualquer outra pessoa. O presente estudo pode marcar a importância das novas práticas do cuidado aos pacientes psiquiátricos e mostrá-los uma nova maneira de encarar a vida e “despatogenizar” o seu convívio social.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica; Serviço Residencial Terapêutico; Autocuidado

¹ Graduando em Enfermagem pela Universidade Católica do Salvador. PIBIC-CNPq do Núcleo de Estudos em Saúde e Cidadania, NESC-CNPq, vinculado ao Projeto Avaliação das Redes de Atenção Psicossociais, com foco nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Macaúbas.

² Mestrado e Doutorado em Medicina Preventiva/Saúde Mental pelo Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo. Pós- Doutorado 1-no Dep. de Recherche Epidemiologiche e Psychiatrie Sociale do Instituto Mario Negri, Milão Itália. Professora da Universidade Católica do Salvador e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde e Cidadania NESC-CNPq e do Projeto Avaliação das Redes de Atenção Psicossociais, com foco nos municípios de Salvador, Feira de Santana e Macaúbas. Orientadora.

A raça e a igualdade no Brasil: diálogos entre a lei e a sociedade

Jamile Vale da Conceição Oliveira¹
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

A discussão sobre igualdade racial no Brasil é quase sempre acompanhada de uma grande carga de preconceito. Característica de um país que sofreu a escravidão, e que tal fato, marcou negativamente um grande período da História, refletida ainda na urgência de agendas políticas e ações afirmativas. Diálogos entre a sociedade e as leis é uma tarefa a ser percorrida e reforçada em prol de direitos humanos. Pois, entre o marco legal-institucional e agendas políticas consistentes, permanecem desigualdades e violações a serem consideradas. Objetiva-se, através de estudo legislativo e documental, analisar legislações voltadas para a população negra, identificando promoção e proteção, interpondo vários debates relacionados à contemporaneidade das políticas atribuídas a negritude. Toma-se como marco temporal o advento da Constituição de 1988 erigindo um tempo em busca de uma democracia racial de fato, principalmente referente à efetiva aplicação das leis, no combate e inibição de atos preconceituosos e na cultura racista que é vista no âmbito social. A metodologia se dará por meio da pesquisa básica e bibliográfica, exemplificada pela abordagem histórico-jurídica desde o período escravista, passando pelo abolicionista e, por fim, pelo democrático contemporâneo, abarcando os pressupostos e projetos de leis que se fixaram entre e durante estes períodos. Como resultados parciais, observa-se que é necessária a aplicação das leis já existentes, como forma de combater as desigualdades, visto que, as normas e as práticas sociais ainda não se comunicam e as primeiras não se efetivam em seu pleno rigor, também direcionando formas de enfrentamento e combate às práticas de crimes como o racismo e ações tidas como discriminatórias e preconceituosas.

Palavras-chave: Direito; Negritude; Legislação; Direitos Humanos, Brasil.

¹ Graduanda em Direito na Universidade Católica do Salvador, Bolsista da Iniciação Científica pela FAPESB.

² Doutora em História pela Universidade de Leon (Espanha). Professora e investigadora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes e Identidades (NPEJI/UCSAL). Orientadora.

A Rede de Atenção Psicossocial - RAPS

Viviane Coelho Brito¹
Ana Maria Fernandes Pitta²

Nosso trabalho de pesquisa tem por objetivo avaliar os resultados do projeto Rede de Atenção Psicossocial RAPS. Para fins de demonstração parcial de trabalho efetuado no projeto PPSUS (Programa Pesquisa para o SUS) N°0050/2013, com o título de projeto: Avaliação das Políticas e Qualidade do Cuidado nas Redes da Atenção Psicossocial no Estado da Bahia – RAPS, com foco nos Territórios de Salvador, Feira de Santana e Macaúbas. As RAPS, enquanto espaços públicos são instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e não deveriam ser monopolizados, por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, mas são heterogêneos, ou seja, refletem a pluralidade social e política de um país de dimensões continentais. Nossos encontros aconteceram semanalmente na sala de Pós- Graduação de Políticas da UCSAL campus Federação, sob a orientação da professora Dra. Ana Maria Pitta, que juntamente com nos alunos bolsistas avaliamos os resultados da pesquisa destes três municípios para elaborarmos um relatório final. Constatamos de acordo com a proposta que, a intersetorialidade é indispensável para a implantação de políticas públicas que respondam às demandas sociais na perspectiva de garantir os direitos a cidadania. Por conta disso a RAPS é uma estratégia para que a política de saúde mental cumpra os seus princípios e objetivos na perspectiva de garantir os direitos sociais e efetivos da cidadania, sobretudo, referentes às ações de saúde mental visando, contudo, o cuidado integral do cidadão, por fim, a rede de saúde é o componente primordial da RAPS para que as ações dos CAPS possam alcançar com qualidade os- participantes.

Palavras chave: Políticas Publicas; Psicossocial, Cidadania.

¹ Discente do terceiro semestre de Direito/Noturno da UCSAL/PIBIC - UCSAL

² Docente do Programa da Pós-Graduação em Políticas Pública, PhD.USP/UCSAL/UniCEUMA /NESC-CNPq. Orientadora.

A rede social de apoio à mulher vítima da violência conjugal

Carolina Teixeira Ramos¹

Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos²

A proposta da pesquisa inicial foi revisar a literatura a respeito da atuação da rede social de apoio à mulher vítima da violência conjugal, buscando sempre a observação do ambiente familiar no qual essa situação se insere. Diante do desenvolvimento do artigo “Violência Conjugal: a perspectivada mulher agredida” ao longo do ano de 2014 no grupo de pesquisa “Família e Saúde na perspectiva relacional”, na Universidade Católica do Salvador, buscou-se integrar os resultados já obtidos com a noção da rede social de apoio. O foco da pesquisa anterior foi a dimensão psicológica da mulher vitimizada pelo parceiro íntimo que se revelou central para a compreensão da magnitude do sofrimento envolvido, bem como dos desafios relativos a aplicação da jurisdição na forma da Lei Maria da Penha. Assim, analisou-se como a rede social de apoio está organizada para estar diante do fenômeno violência conjugal contra a mulher, e por outro lado identificou-se que modo a mulher vitimizada aproxima-se e utiliza os recursos da rede social. No presente estudo, o principal objetivo foi verificar de que maneira a mulher agredida procura as DEAM - Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – incluindo seus impulsos, medos, fraquezas e todo o contexto familiar que lhe envolve, com atenção especial à relação com os filhos que presenciaram as agressões. Utilizou-se o método empírico de entrevistas para elaboração da pesquisa. Todo o material adquirido nas entrevistas foi alinhado com revisões de periódicos da CAPES, Scielo, entre outros. O objetivo do presente estudo foi atingido, respeitando todos os Direitos Humanos.

Palavras chave: Violência; Mulher; Família.

¹Graduanda do curso de Direito – UCSal; Bolsista Fapesb

²UCSal; Grupo de Pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano” - Projeto “Lugar da família na rede social ao longo da ontogênese”. Orientadora.

A reforma política e a questão racial

Karina Matos da Silva Moitinho¹
Julie Sarah Lourau²

A pesquisa desenvolve uma análise sócio-jurídica sobre a política de tratamento do jovem infrator no Brasil na atualidade e as novas tendências adotadas a partir do modelo da Justiça Restaurativa em Porto Alegre/RS. Discute as soluções para o enfrentamento da questão da violência e da delinquência juvenis, a partir da superação das formas tradicionais vinculadas ao sistema punitivo brasileiro, que tem se apresentado como reprodutor de violência e degradação social. Portanto, ao longo da pesquisa, foram apresentadas algumas reflexões em torno do desafio de encontrar alternativas que reduzam os danos gerados pelo sistema punitivo tradicional, ao compreender que entre as causas geradoras da violência, estão a desigualdade social e a discriminação racial. Nesse sentido, a Justiça Restaurativa se constituiu em modelo a ser adotado nas varas da infância e juventude de Salvador/BA, por prever a resolução de conflitos baseado na mediação, no encontro/diálogo, na reparação de danos e com foco nas necessidades dos agentes envolvidos no evento delituoso/infracional ou em um conflito, entre eles, ofensor, vítima e comunidade. O objetivo principal foi identificar a viabilidade e adequação da proposta a partir da análise dos dados do Juizado de Porto Alegre/RS, onde já se aplica as práticas restaurativas aos processos com menores de idade. A hipótese é que um novo modelo de justiça traria melhores resultados à questão da delinquência juvenil, considerando o alto índice de delitos cometidos por menores na atualidade. A pesquisa tem por justificativa a dificuldade de pacificação de conflitos decorrentes de comportamentos transgressores cometidos por jovens, tendo em vista o cenário do uso excessivo de violência como método para solucionar conflitos na atualidade, além das tendências de reforma da norma no sentido de reduzir a maioria penal para os 16 anos, que se mostra, a priori, como medida imediatista e ineficaz. A pesquisa é de ordem qualitativa. Os métodos utilizados foram de revisão bibliográfica, o método da entrevista, e pesquisa documental (análise dos processos que aplicaram as práticas restaurativas e os que não utilizaram do Juizado de Porto Alegre/RS), numa perspectiva comparativa.

Após a análise dos dados coletados, pode-se concluir que a Justiça Restaurativa é sim uma

1 Bolsista PIBIC de IC (FAPESB) orientanda da Prof^a Julie Sarah Lourau junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania. Estudante de Direito do 10º semestre da Universidade Católica do Salvador.

2 Bolsista Pós-Doc Capes/PNPD, junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania - Mestrado em políticas sociais e cidadania, Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

alternativa de resolução de conflitos envolvendo menores infratores em conflito com a lei, contudo, existem, ainda, diversos problemas estruturais a serem solucionados. Qualquer alternativa ao modelo atual só surtirá efeito quando houver uma transformação nos meios educacional, social e jurídico, pois constatei que a aplicação da Justiça Restaurativa está absolutamente atrelada às especificidades da comunidade. É a partir desse ponto que as práticas da Justiça Restaurativa poderão alcançar os resultados pretendidos e solidificar outra visão e cultura das instituições e da população diante do ato infracional e dos agentes envolvidos na prática e, desta forma, promover um processo mais garantista e humanitário para os menores brasileiros.

Palavras-chave: Justiça restaurativa; Delinquência juvenil; Vulnerabilidades.

A saúde da população negra, discriminação de gênero e cor¹

Vânia Souza Gomes Mota²
Maria Cristina Gomes da Conceição³

Este artigo é uma contribuição do projeto de pesquisa “Discriminação Racial e Igualdade de Direitos: A implementação da Política Nacional de saúde integral da População Negra e do Programa de Combate ao Racismo Institucional no Município de Camaçari, Bahia”, que neste momento está implementando, em parceria com a Secretaria Municipal de Camaçari um curso de capacitação para os trabalhadores da saúde. O objetivo do artigo é discutir sobre o contexto histórico do direito a saúde da população, acerca das conquistas da população negra no direito a saúde, e a discriminação ocorrida nos serviços de saúde por conta do gênero e raça, baseando-se no contexto histórico da Constituição Federal Brasileira no que tange a saúde da população nacional, a partir de recortes de dados do DataSUS, discutindo com os módulos produzidas pelo grupo de pesquisa Discriminação Racial e Igualdade de Direitos. Uma análise desde da implementação da Política Nacional da População Negra e o combate do Racismo Institucional, até nos dias atuais. Uma análise diante das lutas travadas pelos movimentos sociais, com a inclusão das políticas públicas de equidade, traçando estratégias para uma melhor aplicabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente para as classes historicamente excluídas pela sociedade.

Palavra-Chave: Saúde; Discriminação; Raça; Gênero.

¹ Este artigo é produto da pesquisa “Discriminação Racial e Igualdade de Direitos: a implementação da Política Nacional de saúde da População Negra e do Programa de Combate ao Racismo Institucional no Município de Camaçari, Bahia”, que recebeu apoio do CNPq e Ministério da Saúde.

² Graduanda em Serviço Social, bolsista CNPq

³ Orientadora UCSal

Análise de confiabilidade de instalações industriais de recalque de esgotos por meio da distribuição WEIBULL

Ana Luiza Brasileiro Costa¹
Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho²
Edilson Machado de Assis³

Sistemas de bombeamento são utilizados em muitas instalações industriais, por exemplo, nos sistemas de recalque das estações elevatórias de esgoto. Tais sistemas devem manter um funcionamento contínuo e seguro do esgotamento sanitário urbano, ou seja, sem oferecer riscos à saúde dos seus usuários e contaminação do meio ambiente. Os sistemas de recalque de esgotos têm como principal instalação industrial, conjuntos motor-bomba de que devem funcionar com o mínimo de falhas. A procura por instalações operadas de forma mais confiável, tem impulsionado o uso de ferramentas de confiabilidade. Desta forma, distribuições Weibull foram ajustadas com sucesso aos tempos de vida de duas estações elevatórias de esgoto. Planilhas eletrônicas foram empregadas para a estimação de parâmetros e traçado de gráficos das funções não-confiabilidade e taxa de falha. Os resultados sugerem que as instalações operam na fase de vida útil, mas uma investigação mais aprofundada deve ser realizada para separar os tempos de funcionamento por modo de falha.

Palavras Chave: Confiabilidade; Recalque; Esgotamento sanitário.

¹ Ana Luiza Brasileiro Costa é estudante do curso de Engenharia Civil da UCSal e bolsista de Iniciação Científica; email: al.brasileiro@yahoo.com.br

² Celso Luiz Santiago Figueiroa Filho – coorientador - é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, é mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, doutorando em Engenharia Industrial pela UFBA e professor em engenharia mecânica na UCSal; e-mail: celso.filho@ucsal.br. Coorientador.

³ Edilson Machado de Assis – Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador; Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal da Bahia; Doutor em Engenharia Industrial pela UFBA e líder do grupo de pesquisa Confiabilidade e Risco na UCSal; e-mail: edilson.assis@ucsal.br. Orientador.

As ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) na Região Metropolitana de Salvador: legislação municipal e atuação do Ministério Público da Bahia

Ana Carolina Correia da Silva Aguiar¹
Aparecida Netto Teixeira²

A função social da cidade e da propriedade foi regulamentada pelo Estatuto da Cidade, em 2001, no âmbito da regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Nesse quadro destaca-se a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), como uma ferramenta de proteção social, cujo objetivo principal é garantir o direito de permanência dos moradores de baixa renda no seu local de moradia, e a integração dessas regiões à cidade, a partir de processo participativo. A presente pesquisa tem como objetivo realizar o levantamento de dados no que se refere à previsão das ZEIS e/ou da temática da habitação de interesse social na legislação municipal, bem como as ações de regularização fundiária junto ao Ministério Público da Bahia (Promotoria de Habitação e Meio Ambiente) relativamente às ZEIS. O recorte espacial da pesquisa abrange os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), entendendo-se que atualmente a problemática habitacional é uma questão de âmbito metropolitano. Para tanto, foi utilizada uma metodologia qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com base na sistematização e avaliação dos respectivos textos legais, bem como em pesquisa de campo realizada junto ao Ministério Público. Quanto à legislação foi possível constatar um déficit por parte dos municípios da Região Metropolitana de Salvador no tratamento dado às ZEIS e às questões habitacionais de modo geral. Quanto à atuação do Ministério Público, constatou-se que o inquérito civil instaurado pela procuradoria de Salvador relativamente às ações de regularização fundiária foi um avanço muito grande. Entretanto, o órgão fica impedido de realizar devidamente seu trabalho por falta de comprometimento dos órgãos públicos responsáveis por dar prosseguimento ao projeto nas áreas mais críticas da cidade. Desse modo, a população continua a ser prejudicada pela ausência de intervenção em tais áreas especiais destinadas à habitação social. Como resultados obtidos constatou-se que a questão da habitação social, envolvendo moradia digna e políticas sociais ainda não é tida como uma prioridade política.

Palavras-chave: Zona Especial de Interesse Social; Habitação de interesse social; Região Metropolitana de Salvador.

¹Estudante do Curso de Direito da UCSAL; Bolsista de Iniciação Científica da UCSAL. Integra o Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática das Cidades”, sob a coordenação da Profª Dra. Aparecida Netto Teixeira.

² Orientadora UCSal

Avaliação da aprendizagem: concepções de estudantes de uma universidade privada/confessional

Laura Coldeira Lima¹

Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza²

Este trabalho resulta de um projeto de pesquisa de iniciação científica cujo objetivo foi identificar e analisar concepções de estudantes universitários sobre avaliação da aprendizagem no ensino superior e seus desdobramentos no processo de ensino e aprendizagem. Conhecer as concepções de avaliação dos universitários é de grande importância vez que esta tem um papel essencial no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, intenciona apresentar-se como subsidio para repensar as questões relacionadas à Avaliação da aprendizagem no ensino superior. A pesquisa foi realizada entre 2015 e 2016 em uma universidade privada confessional/comunitária na cidade de Salvador. Para tal, foi aplicado um questionário on-line com estudantes do 7º e 8º semestre de diversas áreas do conhecimento com vistas a conhecer além das concepções seus desdobramentos no processo de aprendizagem.

Palavras chave: Concepções de avaliação; Avaliação da aprendizagem; Ensino superior.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em História na Universidade Católica do Salvador – UCSal). Bolsista de Iniciação Científica da UCSal.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília, mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa. Professora assistente da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

Avaliação das propriedades de concretos e argamassas com uso de adições

Quislom Albuquerque da Silva¹
Mariana dos Anjos Santos²
Miriam de Fátima Carvalho³

Os concretos e argamassas são materiais amplamente utilizados na construção civil. O emprego significativo de recursos naturais (brita, areia) para produção desses componentes, associados a alta demanda de mercado, tem levado ao estudo de novos materiais visando a utilização responsável dos recursos naturais e dos custos dos componentes. A inserção de fibras e pozolanas modificam as propriedades dos componentes (concretos e argamassas) permitindo seu uso em aplicações específicas. Este trabalho tem por objetivo o estudo e caracterização de propriedades de concretos e argamassas com adições, produzidos com materiais disponíveis em Salvador e Região Metropolitana. A pesquisa apresenta as características físicas e mecânicas de concretos com adições de diferentes percentuais de metacaulim e argamassas com adições de fibras, visando a melhoria das propriedades destes produtos. Para os concretos foram elaborados quatro diferentes traços, onde variou-se além dos percentuais de agregados o teor de metacaulim. Em dois traços foram utilizados 5% de metacaulim com relação água cimento 0,25 e 0,30, e outros dois com a mesma relação água cimento, entretanto, com 10% de metacaulim. Foram constatadas melhorias significativas nas características do concreto no estado endurecido quando utilizado percentuais de metacaulim. No estado fresco, os concretos apresentaram adequada coesão e homogeneidade, e trabalhabilidade compatível com concretos do tipo bombeável. Para as argamassas foram utilizadas duas diferentes dosagens, uma sem a utilização de fibra e outra com inserção desta. As argamassas com utilização de fibras apresentaram resultados satisfatórios de resistência à tração na flexão e a compressão axial, no entanto houve redução de valores nestas propriedades quando comparado ao sem fibras, que não comprometeram o resultado final. As propriedades da argamassa no estado fresco, também apresentaram características apropriadas para a utilização da argamassa como revestimento para paredes.

Palavras-chave: Concreto com adições; Argamassas com adições; Tecnologia de materiais;

¹Graduando em Engenharia Civil pela UCSAL. FAPESB. e-mail: quislom_albuquerque@hotmail.com

²Graduanda em Engenharia Civil pela UCSAL - coautora. Ex-bolsista FAPESB. e-mail: marig_anjos@hotmail.com

³Doutora em Geotecnia – orientadora - EESC-USP, Prof. da UCSAL. e-mail: miriam.machado@ucsal.br. Orientadora.

Avaliação do fluxo bidimensional de óleo diesel em solo não saturado da formação barreiras

Jonathan dos Santos Batista¹
Rita de Cassia Viana Cerqueira²
Miriam de Fátima Carvalho³

A disposição indevida de óleos combustíveis derivados do petróleo no meio ambiente traz riscos ambientais e à saúde humana. A toxicidade destes compostos merece consideração, pois os combustíveis fósseis possuem em sua composição compostos aromáticos os quais possuem grande estabilidade em suas ligações químicas e potencial cancerígeno. Registram-se anualmente no Brasil e no mundo casos de vazamentos de óleos derivados de petróleo. No ano de 2012 registrou-se 109 casos de derramamentos destes fluidos no Brasil. Quando ocorrem vazamentos destes óleos, diversos fatores controlarão a interação entre o meio ambiente e o contaminante. As características físico-químicas dos contaminantes como a volatilidade, a solubilidade destes em água, o seu coeficiente de partição octanol/água bem como a natureza do solo irão determinar a predominância da fase da contaminação sendo que esta pode ser mais predominantemente fase livre (móvel), adsorvida, dissolvida, vaporizada ou condensada. O estudo do fluxo de contaminantes na zona não saturada do solo justifica-se então dentre outros aspectos visto essa zona anteceder a zona saturada apresentando mecanismos de filtragem que podem reter inúmeras partículas, substâncias e gases dissolvidos evitando a contaminação das águas subterrâneas, ou retardando o transporte destes contaminantes à zona saturada do solo e da estimativa de parâmetros que servirão de base à minimização e até mesmo remediação dos impactos ambientais. Para tal será utilizado um canal de fluxo bidimensional instrumentalizado previamente construído em laboratório e já utilizado anteriormente para análise de infiltração bidimensional de óleo diesel em areia de duna compactada. Características do solo e dos fluidos (água e diesel) a serem usados no experimento foram determinadas, assim como parâmetros de permeabilidade à água e ao óleo diesel, permeabilidade relativa e curva de retenção, análise de ascensão capilar. A determinação do coeficiente de permeabilidade à água e ao óleo diesel foi realizada de acordo com a Norma Brasileira NBR 14545 (Determinação de Coeficiente de Permeabilidade de Solos Argilosos à Carga Variável) que regula todas as etapas do ensaio. Para encontrar o coeficiente de permeabilidade utilizou-se a relação de Darcy (1856) em que os

¹ Aluno de Iniciação Científica e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

² Integrante do projeto e Mestranda da Universidade Federal da Bahia. Orientadora.

³ Professora da Universidade Católica do Salvador. Orientadora.



valores encontrados eram corrigidos para a temperatura de 20°C. Obteve-se coeficiente de permeabilidade médio a água de $1,11E-3$ (cm.s^{-1}) e coeficientes de permeabilidade médio ao diesel de $5,33E-4$ (cm.s^{-1}). Nos ensaios de permeabilidade relativa ao diesel observa-se acentuada diminuição da permeabilidade efetiva em função do aumento da saturação à água. Os corpos de provas só foram ensaiados com saturação até 60% porque acima desse valor a água era expulsa do corpo de prova. Encontrou-se a 60% de saturação de água um coeficiente de permeabilidade de $1,75 E-06$ (cm.s^{-1}) enquanto a 7% de saturação de água um coeficiente de permeabilidade de $2,80 E-04$ (cm.s^{-1}). Na curva de retenção foi observado um acentuado decréscimo da curva após o valor de entrada de ar. Em ambas as curvas, retenção à água e ao óleo diesel, apresentam predominância de características arenosa do solo e um formato bimodal, característico também de solo com distribuição irregular e poros. Posteriormente aos ensaios de infiltração no canal, os resultados serão analisados e modelados matematicamente e confrontados com dados obtidos em outras pesquisas para diferentes formações de solo com o intuito de se construir um conhecimento que servirá de base para adoção de ações corretivas eficientes caso ocorram disposições indevidas de óleo diesel no solo.

Palavras-Chave: Fluxo bidimensional; Solo não saturado, Canal instrumentalizado, Diesel.

Avaliação do perfil clínico e sociodemográfico dos pacientes da área neurológica em um Centro de Atendimento Fisioterápico e Nutricional: uma análise retrospectiva

Irving Araujo Santos¹
Filipe Ferreira de Almeida Rêgo²

Objeto e Objetivos: A pesquisa de âmbito descritivo, retrospectivo e transversal foi realizada na clínica escola Unidade de Atendimento em Fisioterapia (UNAFISIO) com propósito de traçar o perfil clínico e sociodemográfico dos pacientes atendidos em seus 13 anos de existência para criação e utilização de tais dados em um prontuário eletrônico ou manual padronizado criado pela equipe de pesquisa. **Materiais e métodos:** A pesquisa foi dividida entre dois grandes grupos, Neurologia e Pediatria, as informações foram coletadas dos prontuários de 402 pacientes de neurologia e 517 pacientes de pediatria impressos pela clínica. A vertente da minha pesquisa são os 402 pacientes da área neurológica de patologias, para captação dos dados foi criado um banco de dados online seguro e com intuito de diminuir a margem de erros no processo de preenchimento dos dados. Com intuito de diminuir erros no preenchimento do banco de dados a tarefa foi feita em dupla, enquanto um pesquisador preenchia o banco de dados o outro verificava as informações. O processo de captação das informações ocorreu em quatro meses, com expediente de 13hr as 16h de segunda a sexta na presença do orientador. A análise dos dados foi feita através do software STATA. As variáveis analíticas para o estudo sociodemográfico foram sexo, peso, altura, cor da pele, alcoolismo, tabagismo, escolaridade, situação trabalhista e estado civil. **Resultados:** Dos 402 pacientes da área de neurologia 203 (50,5%) eram do sexo masculino e 199(49,5%) do sexo feminino, entre os pacientes a maioria eram de cor parda seguida por branca e negra, respectivamente 11,69%, 10,95% e 10,45%, sendo que 269(66,92%) prontuários não continham esta informação. Outro parâmetro foram as drogas ilícitas o álcool e o tabaco, entre os pacientes tanto do sexo masculino como do sexo feminino alegavam não consumir tais drogas, cerca de 52,49% alegavam não serem alcoólatras, e no tabagismo cerca de 52,23%, sendo que destes 338(42,04%) prontuários não continham esta informação. Outros parâmetros foram utilizados como o estado trabalhista que de todos os pacientes avaliados 132(32,8%) eram aposentados e destes 97(24,1%) estavam sem resposta, estado civil onde 123(30,6%) pacientes portavam o estado civil de casados e destes 143(35%) estavam sem resposta, no parâmetro escolaridade 33 (8,2%) dos pacientes portavam escolaridade de ensino médio completo e 307(76,4%) estavam sem resposta. Algumas das informações

¹ Estudante da Universidade Católica do Salvador, bolsista pela FAPESB

² Professor da Universidade Católica do Salvador, coordenador do curso de Biomedicina. Orientador.

essenciais para diagnóstico e tratamento dos pacientes não estavam presentes nos prontuários o que aguça a necessidade do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) para cadastramento e organização das informações dos pacientes. Tais resultados encontrados serão correlacionados com as patologias encontradas em cada prontuário dando assim um parecer do perfil clínico concomitante ao perfil sociodemográfico destes pacientes, esta relação está sendo concluída e será apresentada no seminário de iniciação científica em forma de artigo científico.

Palavras-chave: Análise, Clínica, Prontuário.

Avaliação do perfil clínico e sociodemográfico dos pacientes pediátricos em um Centro de Atendimento Fisioterápico e Nutricional: uma análise retrospectiva

Isabelle Oliveira de Azevedo¹
Filipe Ferreira de Almeida Rêgo²

Objeto e Objetivos: Foi realizado um estudo transversal, retrospectivo e descritivo realizado no intuito de traçar um perfil clínico e sociodemográfico dos pacientes pediátricos atendidos em uma unidade fisioterápica e nutricional para criação de um prontuário eletrônico ou manual padronizado. **Materiais e métodos:** Para alcançarmos o objetivo da mesma utilizamos como fonte de dados os prontuários pediátricos referentes ao período de 2002 a 2014. A pesquisa foi realizada em duas etapas, na primeira utilizou-se um formulário online para compor um banco de dados. Para diminuir a margem de erros no processo de preenchimento do banco de dados, o mesmo foi realizado em dupla, enquanto um pesquisador respondia o banco de dados o outro verificava as informações. Para manter o sigilo dos pacientes criamos um código para identificação dos pacientes em uma planilha com senha com acesso restrito aos pesquisadores. O processo de preenchimento do banco de dados ocorreu em quatro meses, com expediente de 13hr as 16h de segunda a sexta na presença do orientador. A segunda etapa se deu pela análise dos dados obtidos no banco de dados, utilizou-se o software STATA. As variáveis de análise para este estudo foram sexo, peso, altura, cor da pele, situação trabalhista materna. **Resultados:** Nesta pesquisa foram analisados 517 pacientes pediátricos, destes 55,5% eram do sexo masculino, em relação as variáveis de peso e altura 98,5% e 99,4% respectivamente não ofereciam esta informação no prontuário, 74,5 % não relatavam a cor da pele, porém 11% eram brancos, 7,3% eram negros e 7,2 % eram pardos, 37,5 % das genitoras eram desempregadas, 37,1% eram empregadas. Estes dados representam o perfil clínico e sociodemográfico da clínica fisioterápica e nutricional em estudo. **Conclusões:** Dos 517 pacientes admitidos na clínica de fisioterapia no período de 2002 – 2014 a maioria eram do sexo masculino, não tinham registrado no prontuário informações de peso, altura e cor da pele e suas genitoras eram desempregadas. Estas informações são importantes para melhorar o atendimento e conseqüentemente possibilitar para o paciente melhores condições de vida. Além disso, por se tratar de uma clínica escola, essas informações são essenciais para o início de novas pesquisas. Para a realização desta pesquisa os prontuários deixaram a desejar, pela ausência de informações básicas, desorganização e falta de padronização. Desta forma seria muito proveitoso a implantação de um prontuário eletrônico,

¹ Estudante da Universidade Católica do Salvador, bolsista pelo CNPq

² Professor da Universidade Católica do Salvador, coordenador do curso de Biomedicina. Orientadora.



padronizado e de livre acesso, o que otimizaria as consultas, preservaria os dados dos pacientes e trariam a clínica a oportunidade do desenvolvimento de pesquisas menos invasivas.

Palavras-chave: Perfil; Clínica; Prontuário.

Avaliação microbiológica da qualidade da água na lagoa e seus aspectos ambientais em área de lazer no Parque Metropolitano de Pituáçu Salvador – Ba

Rayana Cristina Carvalho Ribeiro¹
Juan Carlos Rossi Alva²

Embora seja um elemento essencial, a água também pode trazer riscos à saúde se for de má qualidade, servindo de veículo para vários agentes biológicos e químicos. Os indicadores da qualidade da água geralmente utilizados incluem coliformes totais e termotolerantes tais como *Escherichia coli* e *Enterococcus*. Com o objetivo de avaliar a qualidade microbiológica da água em área de Lazer na Lagoa do Parque Metropolitano de Pituáçu e contribuir com informações acerca da qualidade ambiental da área supracitada. Visto que, a Lagoa encontra-se desativada e hoje constitui um dos principais atrativos do Parque Metropolitano de Pituáçu - PMP. As suas águas são empregadas em diferentes usos, tais como recreação/lazer, atividades esportivas e pesca. Nesse estudo, foram avaliados alguns parâmetros do CONAMA 357: Potencial Hidrogeniônico (PH), Oxigênio dissolvido (OD), Turbidez (TB), Coliformes Totais (CTS) e termotolerantes (CTT). Dos resultados obtidos nos parâmetros supracitados, os índices de coliformes totais e termotolerantes ultrapassaram o NMP/g ou ml de (>2400) em praticamente todas as amostras, exceto no ponto amostral dos pedalinhos - PAP 04 – com o NMP/g ou ml (210) e PAC 01 – ponto amostral da ciclovia – com NMP/g ou ml (290). Dos outros parâmetros avaliados: observou-se que as temperaturas do ar e da água se relacionaram com a presença de cobertura vegetal; dos níveis de pH e OD apenas dois pontos apresentaram pH ácido e a turbidez apresentou elevação em alguns pontos. Em suma, dos oito pontos avaliados nas quatro campanhas amostrais observou-se a necessidade de acompanhamento e manutenção do PMP, pois se trata de uma com grande interação antrópica com a água da lagoa e possível contato com patógenos devido à contaminação. É preciso que a avaliação da água dos ecossistemas lênticos pertencentes ao Parque e entorno apresente não apenas os valores dos parâmetros legais vigentes, mas também é imprescindível que as informações de qualidade da água remetam às condições de qualidade ambiental, havendo assim a necessidade de um programa de gestão eficiente e educação ambiental para melhor controle da água e cuidados com a contaminação.

Palavras-Chaves: Análise Microbiológica, Lagoa, Parque Metropolitano de Pituáçu - PMP.

¹ Graduanda em Ciências Biológicas – Bolsista FAPESB

² Professor e coordenador do Curso de Ciências Biológicas. UCSal. Orientador.

Casamento, união homoafetiva e deveres matrimoniais

Juliana dos Santos Almeida¹
Camilo de Lelis Colani Barbosa²

A homossexualidade constitui fato da vida, competindo, ao Estado e ao Direito, em uma sociedade democrática, assegurar o desenvolvimento da personalidade de todos os indivíduos. O objetivo do presente estudo consiste em analisar a ADPF N°132 do Supremo Tribunal Federal à luz dos princípios do Direito de Família, apontando as suas repercussões sociais e jurídicas. O tema traz novas ponderações, ou, até mesmo, uma nova perspectiva para o Direito de Família, assim como aos direitos fundamentais envolvidos. A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa. Utilizou-se os procedimentos como, revisão literária, análise documental. Também foram realizadas pesquisas no banco de teses da CAPES, visando uma melhor contextualização do tema. Foram apresentados os aspectos históricos, sociais, religiosos e jurídicos da presente temática, dentre eles, a extensão da matéria atinente a união estável entre pessoas de sexo distinto a união entre pessoas do mesmo sexo, constituindo como uma das consequências a sua conversão em casamento, verificando-se neste sentido a silenciosa permissão do STF. Foi observado o conteúdo da Resolução N°175 do CNJ. A conclusão apresenta uma discussão acerca da necessidade de uma lei, que venha a regulamentar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Palavras-Chaves: Casamento; União homoafetiva; Deveres matrimoniais;

¹ Graduanda do 6º semestre do curso de Direito (UCSal). Bolsista FAPESB. E-mail: jubiana12@hotmail.com

² Doutor em Direito (PUC-SP). Docente do PPG em Família na Sociedade Contemporânea. E-mail: colani@colani.Orientador.

Cidadania acadêmica ou academicismo cidadão: um estudo dedicado aos discentes de Ciências Sociais e Humanidades da UCSAL

Rachel Luíza Santos Moura¹
Antonio Carlos Silva²

O presente trabalho busca discutir o conceito de cidadania entre os discentes de ciências sociais e humanidades da Universidade Católica do Salvador-UCSal, verificando se o conceito de cidadania aprendido e apreendido até então se trata mesmo do ser cidadão, e de nós discentes de ciências sociais e humanidades como vetores conscientes deste exercício em seu real papel. Tendo como principal objetivo analisar criticamente nos relatos ouvidos e registrados através das entrevistas com os estudantes como essa instituição de ensino superior e seus cursos influenciam através de condicionantes teóricos suas formações e formulação do conceito de cidadania. O método utilizado para conhecer as concepções dos discentes de ciências sociais e humanidades a cerca do assunto foram entrevistas dialógicas guiadas por roteiro propositivo elaborado a partir do tema cidadania, ensino superior e dos questionamentos que motivam essa pesquisa. As entrevistas foram realizadas com estudantes dos cursos de Direito, Serviço Social e História e mostram haver diferentes concepções a cerca do conceito e exercício da cidadania entre os estudantes de cada curso. Sendo que para dar base conhecer o conceito de cidadania e sua evolução histórica, foi feita pesquisa bibliográfica com autores no assunto, dos filósofos gregos a pensadores contemporâneos. Os resultados levam a refletir e concluir que a Universidade e os demais espaços do saber devem em seus projetos-pedagógicos de compromisso e responsabilidade social dispor de comprometimento com uma formação crítica, que permita reflexões éticas, ações participativas e construtivas dos estudantes e educadores junto à sociedade, onde novos profissionais formados no leito da universidade devem desconfiar do caráter alienante da prática educativa na sociedade de classes.

Palavras-chave: Cidadania; Universidade; Discentes de humanas.

¹ Graduanda em Serviço Social, Universidade Católica do Salvador-UCSal, FAPESB.

² Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Governança e Instituições-NEGI, professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania- PPGPSC, UCSal. Orientador.

Composição de Aranhas Orbiculares (*Araneae: Orbiculariae*) em sistema agroflorestal e floresta na Reserva Sapiranga no Litoral Norte da Bahia, Brasil

Lucas Pereira de Vasconcelos¹
Marcelo Alves Dias²
Marcelo César Lima Peres³

Durante este ano realizei uma revisão de literatura sobre as aranhas, em especial aquelas pertencentes ao grupamento funcional (guilda) das aranhas orbiculares, também conhecido como Orbiculariae. Este grupo que é conhecido pelo formato característico das teias construídas com uma espiral de seda contornando uma estrutura semelhante a uma tela de maneira esférica de onde se origina o nome do grupo. Participei de seminários fazendo minhas próprias apresentações e assistindo outras, o que me garantiu mais conhecimentos bastante importantes para o meu trabalho, que me permitiram ter uma noção melhor sobre meu objeto de estudos, as aranhas orbiculares e sobre como fazer meu delineamento experimental. Criei meu delineamento amostral para a coleta na Reserva Ecológica da Sapiranga, utilizando dois métodos: Coleta Manual Noturna, envolvendo uma dupla em cada lado do quadrante estabelecido em cada uma das parcelas (12 parcelas no total de 200 metros cada uma) com auxílio de pinças, lanternas de cabeça, lanternas ultravioleta e tubos Falcon com álcool a 70% para conservação das aranhas. Total de 6 horas de Coleta Manual Noturna, meia hora em cada parcela; Guarda-chuva Entomológico considerando 10 arbustos batidos como 1 amostra, sendo 5 arbustos por área (Sistema Agroflorestal bem manejado, floresta adjacente a este Sistema e um Sistema Agroflorestal mal manejado) com auxílio de frascos coletores de urina contendo álcool para a conservação das aranhas, pinças e luvas de couro. Os dois métodos perfazem um total de 30 amostras por campanha.

Palavras-chave: Ecologia; Araneofauna Orbicular; Conservação Ambiental.

¹ Graduando em Ciências Biológicas – Bolsista de Iniciação Científica – UCSal - Centro de Ecologia e Conservação Ambiental.

² Professor do curso de Biologia - UCSal - Centro de Ecologia e Conservação Ambiental. Orientador.

³ Professor do Centro de Ecologia e Conservação Ambiental. UCSal. Coorientador.

Conservação e preservação da documentação não eclesiástica do Laboratório Reitor Eugênio Veiga

Karina Santos Oliveira¹
Neivalda Freitas de Oliveira²

A partir da ideia de cultura e de patrimônio foi proposto este trabalho. O Trabalho observa as relações culturais e religiosas presentes nas imagens (documentos) guardadas pelo Laboratório Reitor Eugênio Veiga. Apesar de ser um laboratório especializado em papel, analiso objetos que não estão neste suporte com a finalidade de ressaltar a importância da conservação e a preservação de patrimônios. Busco indagar sobre patrimônio cultural e religioso afro brasileiro; Investiga a necessidade de guarda, preservação e conservação de bens culturais; busca entender através dos objetos e do direito o patrimônio cultural. Para tal, realizou-se uma pesquisa de campo, no período de fevereiro e março do ano de 2016, com o intuito de coletar dados a partir de ficha elaborada para avaliação dos bens. Nesta ficha continha alguns aspectos prioritários para a análise, tais como: identificação tópica do documento, identificação, estado de conservação, suporte, descrição, exame/diagnóstico e observações. A amostra utilizada foi aleatória, com a finalidade de possibilitar um melhor detalhamento dos objetos, obtendo-se assim uma melhor qualidade na análise. Foram analisados no total de 43 grupos de bens documentais, nos quais em alguns grupos possuíam anexos (colares de missangas, os espelhos, ferramentas que acompanhava estatueta). Observou-se ao longo do trabalho a importância para a sociedade soteropolitana em preservar e conservar o seu patrimônio cultural, que servirá para conhecer, diferenciar-se, demonstrar a diversidade cultural. Por certo, seria necessário mais tempo de estudo e pesquisa para que se pudesse não só reconhecer os bens, mas formular juridicamente uma proposta de conservação e preservação.

Palavras-chaves: patrimônio, conservação, preservação.

¹ Graduanda do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, bolsista da PIBIC-UCSAL.

² Professora Doutora, Universidade Católica do Salvador. Orientadora.

Construção de um ambiente virtual das espécies botânicas existentes nos espaços internos do Campus de Pituvaçu

Fábio Bastos de Santana¹
Juan Carlos Rossi²

Este estudo objetivou descrever a construção de um ambiente virtual (AV) das espécies botânicas existentes nos espaços internos do Campus de Pituvaçu (CP), destacando a importância da interpretação ambiental, que teve seu início nos primeiros parques ecológicos americanos ainda em meados dos anos de 1960. Nestes, os apaixonados pela natureza local que passeavam pelos parques, passaram a fazer o acompanhamento dos turistas e explicar a eles tudo o que sabiam sobre o ambiente que presenciavam, ou seja, eles interpretavam o ambiente a partir dos seus conhecimentos e paixões particulares (VASCONCELLOS, 2006). Com o passar do tempo a interpretação ambiental foi vista como um fator importante para os parques, pois integrava positivamente os visitantes a eles, o que favorecia no plano de manejo, uma vez que os visitantes passavam a impactar menos o ambiente, e conscientizava a população para a importância da preservação das áreas naturais. Ainda hoje a interpretação ambiental é um dos aspectos mais importante a ser considerado em um plano do que chamamos atualmente de Unidades de Conservação (UCs). Para atingir essas metas, se fez necessária a identificação e quantificação dos jardins potenciais para a interpretação, através de visitas, além disso, a elaboração de um diagnóstico das plantas nativas e exóticas dos jardins internos do CP, bem como um levantamento dos jardins interpretativos, utilizando instrumentos de campo e registro fotográfico, e por fim elaborar um CD-Rom com informações técnicas científicas dos jardins existentes. Para tanto foram utilizadas técnicas de coleta de plantas com podão, para posteriormente ser prensada em três amostras e finalmente a secagem. Logo após esse processo o material foi encaminhado para identificação botânica no Herbário Alexandre Leal Costa. Por outro lado espera-se que como características básicas o CD-ROM apresente uma sequência de figuras ilustrativas, sons e animações que estarão inseridas numa conversa entre dois personagens animados: um personagem questionando sobre a importância das plantas para o meio ambiente, de que forma elas ajudam na preservação do nosso planeta e um biólogo que esclarece suas dúvidas. No que diz respeito ao diagnóstico de plantas, com recursos fotográficos, os resultados das informações obtidas demonstram a predominância de espécies exóticas e introduzidas em relação as nativas, isto se deve a escassez de pesquisas direcionadas para a identificação de espécies nativas com potencial de uso paisagístico. A produção do CD-

¹ Aluno do Curso de Biologia 4 Semestre; bolsista CNPq

² Coordenador Geral do Programa Sabiá. Orientador

ROM será desenvolvida com a colaboração de parceiros e as animações realizadas no programa Corel Draw, Adobe Illustrator e Flash MX da Macromedia. Independentemente das limitações técnicas enfrentadas e superadas, o material produzido procurará traduzir a perspectiva de não apenas ilustrar o conteúdo para o público em geral, mas de instigar sua curiosidade e levantar possíveis dúvidas a serem solucionadas.

Palavras-chave: Ambiente Virtual; Jardins; CD-Rom.

Crianças e adolescentes pauperizados: um estudo sobre a história dos direitos infanto-juvenis

Maiane Santana Da Silva Menezes¹
Maria de Fatima Pessôa Lepikson²

A pesquisa, realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), teve como objetivo conhecer a história do atendimento destinado à infância e adolescência pauperizada. O interesse por esse tema surgiu após participação da pesquisadora como voluntária de uma pesquisa realizada, igualmente financiada pela Fapesb, sobre “Políticas Públicas destinadas à população infanto-juvenil no município de Salvador”. Nessa pesquisa ficou evidenciada a desresponsabilização do Estado em relação à efetivação dos direitos infanto-juvenis conquistados a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir dessa constatação sentiu-se a necessidade de conhecer o processo de construção e materialização dos direitos infanto-juvenis com base na intervenção do Estado e da sociedade civil. Para alcançar tais objetivos, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico. Com base na leitura de teóricos de referência, como é o caso de Irene Rizzini, constatou-se que ao longo da história que precedeu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a infância pauperizada sofreu diretamente impactos severos decorrentes da crescente expansão do capitalismo no país. Nesse contexto crianças e adolescentes pauperizados foram tratados de forma repressiva. Esse tratamento nada mais é do que o reflexo de uma sociedade que estigmatiza e criminaliza os pobres, não os reconhecendo nem os tratando como sujeitos de direitos, e sim como objetos da caridade assistencialista da sociedade civil ou como questão de polícia a ser enfrentada por organismos estatais de repressão. Diante do grande número de crianças e adolescentes pobres, abandonados e vítimas das situações de violência e maus-tratos, ocorridas no âmbito das esferas de atendimento estatal até o final do século XX, foi que setores da sociedade civil sensibilizados com essa situação, exigiram e participaram diretamente da construção de uma legislação voltada para a proteção integral da população infanto-juvenil brasileira. Decorrente das pressões populares é que foi aprovado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com base nessa legislação, as crianças e os adolescentes passaram a ser reconhecidos legalmente como sujeitos de direitos, alvos da proteção integral devida pela Família, pela sociedade e pelo Estado. Essas três instâncias são assim, corresponsáveis por assegurar a materialização dos direitos

¹ Graduanda 5º Semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. Bolsista de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb.

² Professora Doutora da Escola de Serviço Social e do Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Líder do Grupo de Pesquisa Questão Social Estado e Sociedade Civil. Bacharel em Serviço Social. Orientadora.

determinados no Estatuto. Apesar dos avanços garantidos no Estatuto, constatou-se durante a pesquisa, a transferência de responsabilidade do Estado para Sociedade Civil e percebeu-se que mesmo com as mudanças na legislação, crianças e adolescentes estão distantes de serem tratados como absoluta prioridade. Diante dessa constatação é que se pode afirmar que, para que os direitos regulamentados no Estatuto sejam assegurados se torna necessário à articulação das políticas sociais às políticas econômicas. Com a pesquisa foi possível entender a importância da construção do conhecimento no processo de formação acadêmica.

Palavras-chave: Criança e Adolescente; Direitos; Pauperização.

Critérios e condições da oferta de vagas de Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de Salvador

Renata Neves dos Santos Almeida¹
Ana Sueli Teixeira de Pinho²

Este texto tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa de iniciação científica, financiada pela FAPESB, desenvolvida durante o ano vigente da bolsa, na Universidade Católica do Salvador, como parte das produções do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE. O objetivo da pesquisa foi compreender os critérios e condições da oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos, na Rede Municipal de Salvador, considerando a demanda dos sujeitos envolvidos. O processo da pesquisa foi desenvolvido em duas escolas da rede municipal de ensino, no bairro da Boca do Rio e contou com a participação dos gestores e educadores dessas unidades escolares com o objetivo de apreender representações a respeito da temática de estudo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com esses gestores e educadores, além de representantes da SMED, envolvidos diretamente na EJA. As referências teóricas utilizadas nesse processo foram: DI PIERRO (2011), GADOTTI (2006), FREIRE (1987), além de outros teóricos que estudam a temática e demais dispositivos legais. O trabalho de pesquisa desenvolvido estabeleceu relação entre a demanda e oferta da EJA em Salvador, percebendo aspectos que precisavam ser mantidos e aqueles que precisavam ser avaliados e mudados para uma perspectiva de melhoria no futuro. A pesquisa foi muito importante para compreender os desafios enfrentados pelos sujeitos da EJA, o olhar dos educadores e gestores, bem como proporcionou uma maior compreensão desta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Critérios e condições da oferta; Demanda local.

¹ Bolsista iniciação científica, financiada pela FAPESB, estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador e membro do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade/UNEB, Professora da Universidade Católica do Salvador e Assessora do Instituto Anísio Teixeira. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação - GRUDGE e do Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral (GRAFHO/CNPq/UNEB). anasuelipinho@yahoo.com.br. Orientadora.

Direito à imagem: a questão da criança em situação de intersexo

Ana Victoria Marback dos Santos¹
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima²
Jéssica Silva da Paixão³

O Direito à imagem se relaciona com o tema intersexualidade a partir da compreensão da imagem como exteriorização da personalidade humana. A intersexualidade constitui uma condição de nascença no qual se verifica um desequilíbrio entre os fatores que determinam o sexo. Essa diferença corporal se apresenta como uma quebra dos padrões historicamente estabelecidos e da definição binária entre feminino e masculino. O presente trabalho tem por objetivo analisar a observância do direito à imagem na perspectiva das crianças em situação de intersexo. Utilizou-se abordagem de natureza qualitativa por meio de revisão legislativa, revisão de literatura interdisciplinar, levantamento de teses e dissertações nacionais no banco de teses da CAPES, sensíveis ao tema, e entrevistas com profissionais e famílias de crianças com intersexo. A importância desse estudo se justifica pela invisibilidade das crianças em situação de intersexo e da produção científica, ainda incipiente sobre o tema. A infância corresponde a um período de grandes expectativas dos adultos quanto ao desenvolvimento saudável de uma criança, pois o nascimento não é um ato isolado de interesse exclusivo da família. O ambiente e o contexto social imprimem efeitos no ser humano. Ao tratar de crianças cujas características físicas e sexuais são compreendidas como desviantes e curiosas, ainda mais necessária a proteção ao direito à imagem, uma vez que este, se mostra essencial para a construção da identidade. Concluiu-se que a intersexualidade não é abordada na legislação vigente, desse modo, para muitas famílias ela constitui uma situação nova. Sendo assim, garantir a dignidade das crianças intersexuais por meio da proteção à sua imagem é imprescindível para um desenvolvimento saudável e a família tem papel relevante neste processo.

Palavras-chave: Intersexo; Direito à imagem; Direito da criança.

¹Graduanda em Direito na Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família - UCSAL/CNPq - Bolsista PIBIC UCSAL – FAPEB. E-mail: anamarback@hotmail.com.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família - UCSAL/CNPq, Membro do Comissão Científica de Justiça Restaurativa da Associação dos Magistrados Brasileiros. E-mail: isabelmsol@gmail.com. Orientadora.

³ Mestranda do PPG em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos. Direito à Saúde e Família. Advogada. Coorientadora.

Direito à saúde, ato infracional e justiça restaurativa

Pedro Henrique Santos de Oliveira¹
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima²
Jéssica Silva da Paixão³

A Constituição Federal de 1988 juntamente com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantem o acesso do adolescente em conflito com a lei à saúde. Entretanto, o precário atendimento dessa garantia, demonstra a necessidade de buscar formas alternativas para o cumprimento desse direito. A justiça restaurativa (JR) integra uma diversidade de métodos de resolução de conflito que oportunizam a responsabilização observando os princípios constitucionais e os seus direitos fundamentais. O presente trabalho visa identificar como a produção acadêmica nacional *stricto sensu* sobre JR aborda o tema Direito à Saúde do adolescente em conflito com a lei no Brasil. Utilizou-se abordagem de natureza qualitativa e empregaram-se como procedimentos básicos a revisão de literatura e a revisão legislativa. Foi realizado, igualmente, o levantamento da produção acadêmica *strico sensu* sobre JR na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), mediante a inserção das palavras-chaves "Justiça Restaurativa", "Ato infracional" e "Direito à Saúde". Foram identificadas produções que incluíam em seu conteúdo o tema adolescente autor de ato infracional, na perspectiva do Direito à Saúde. Encontradas quatro dissertações e uma tese com as palavras-chave "Justiça Restaurativa" e "Ato infracional". Combinadas as palavras-chave "Justiça restaurativa" e "Direito à Saúde", encontrada apenas uma dissertação. Nenhuma produção acadêmica trata deste assunto específico. Apesar dos limites da produção acadêmica nacional, os trabalhos encontrados indicam uma precarização na garantia do direito à saúde pelos setores públicos a jovens em conflito com a lei. Assim, assevera-se que há necessidade de políticas públicas que contribuam para a resolução pacífica dos conflitos e auxiliem na garantia do direito à saúde a públicos vulneráveis. Portanto, a justiça restaurativa constitui-se, também, uma ferramenta de tornar acessível o direito à saúde.

Palavras- chave: Justiça restaurativa; Direito à saúde; Adolescente; Ato infracional.

¹ Graduando em Direito na Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família - UCSAL/CNPq - Bolsista PIBIC UCSAL – FAPESB. E-mail: pedrohenrique09836@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família - UCSAL/CNPq, Membro do Comissão Científica de Justiça Restaurativa da Associação dos Magistrados Brasileiros. E-mail: isabelmsol@gmail.com . Orientadora.

³ Mestranda do PPG em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos. Direito à Saúde e Família. Advogada. Coorientadora.

Direito Queer: princípios de Yogyakarta e a garantia de direitos humanos para a comunidade LGBT

Caio Sérgio Silva Santos¹
Murilo Souza Arruda²

Esse trabalho tem como principal objetivo entender como os Princípios de Yogyakarta (conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero) auxiliam para a garantia de direitos humanos da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) no contexto da cidade de Salvador. Para isso, buscou-se entender como as pessoas vêm modulando as identidades de gênero e orientações no contexto da cidade de Salvador por meio de um acervo de reportagens, referentes aos anos de 2002 à 2012, retiradas do Jornal “A Tarde” (Jornal de grande circulação em Salvador e Região Metropolitana), localizando assim as possíveis demandas e violações presentes nas ruas das cidades; concomitantemente, buscou-se entender como se deu a elaboração dos Princípios de Yogyakarta, identificando assim os acertos do documento, e sua aplicabilidade a diferentes contextos. Como resultado do trabalho, foi possível aferir que entre os acertos dos Princípios para a garantia dos direitos humanos das populações LGBT estão: a diversidade de atores e atrizes no momento de elaboração de documentos jurídicos restou fundamental para em formulações mais eficientes e assertivas em garantir direitos humanos; ainda a respeito da diversidade, foi possível notar que evitar categorias no momento de elaboração dos direitos permitiu uma plasticidade em relação as realidades que poderiam ser beneficiadas, a exemplo da aplicabilidade as identidades travestis, identidade típica do Brasil; a garantia de direitos mais básicos é uma interessante estratégia para alcançar garantias mais amplos, uma vez que a população LGBT costumam negar fundamentais que impede angariar maiores garantias; em relação a aplicabilidade dos Princípios no contexto da cidade de Salvador, verificou-se que, diante da existência de uma Constituição Cidadã (como foi apelidada a Constituição de 1988), boa parte dos direitos elencados pelos direitos já são previstos no Brasil, todavia, aqueles que dizem respeito aos direitos da personalidade (uso do nome social por exemplo) ou direito ao trabalho, restou violado ao longo dos anos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Estudos *Queer*; Princípios de Yogyakarta.

¹Caio Sérgio Silva Santos é graduando do bacharelado em direito da Universidade Católica do Salvador e bolsista da Iniciação Científica pela Bolsa Ucsal.

²Murilo Souza Arruda é sociólogo e Professor da Universidade Católica do Salvador; orientada o Grupo de Pesquisa Cultura, Poder e Memória. Orientador

Direitos fundamentais sociais: uma análise da efetividade do direito à educação no Brasil

Paola Dieb Halla Espinoza Valverde¹
Dirley da Cunha Júnior²

A presente pesquisa tem como objetivo primordial analisar, de forma crítica, se a efetividade do direito à educação encontra-se viabilizada pela existência de políticas públicas eficientes no tocante ao fomento da universalização do ensino na sociedade brasileira. Neste contexto, procurando facilitar o entendimento da temática, foram elencados como objetivos específicos: analisar a evolução histórica das políticas públicas relacionadas com o direito à educação, discorrer sobre a efetividade do acesso igualitário à educação básica, verificar o impacto das políticas públicas quanto à universalização do ensino superior e apresentar uma comparação entre os recursos financeiros aplicados e a produção dos efeitos das políticas públicas no âmbito da educação. A partir da compreensão de que a efetividade do direito à educação deve ser analisada sempre a partir de um viés crítico que consiga abarcar a influência, principalmente, de fatores sociais, políticos e econômicos em suas premissas, optou-se por empreender o método dialético na verificação dos objetivos propostos. Em sede dos resultados alcançados, cita-se o entendimento de que o direito à educação deve ser qualificado como um direito prestacional cujo conteúdo normativo confere aos indivíduos a possibilidade de exigir do Estado a efetivação de garantias responsáveis por propiciar uma vida digna. No contexto atual, houve uma ampliação da participação do Estado no fomento de políticas educacionais que consigam corrigir tais deficiências na Educação Básica e na Educação Superior. Entretanto, apesar da previsão em sede constitucional do direito à educação e da maior quantidade de políticas públicas existentes, este ainda carece de melhorias significativas tanto no seu processo de universalização quanto em seus padrões de qualidade. Em intrínseca relação com este aspecto, foi concluída a pesquisa com a demonstração de que as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado não devem funcionar como obstáculos para a efetividade do direito à educação. Assim, é necessário aperfeiçoar os métodos de avaliação das políticas educacionais a fim de evidenciar possíveis disparidades entre os recursos públicos investidos e os efeitos alcançados.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais sociais; Políticas públicas; Educação

¹ Discente do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, Bolsista de Iniciação Científica (FAPESB)

² Docente do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, Orientador da Pesquisa. Orientador.

Discurso jurídico e jornais: uma análise das questões LGBT no Brasil

Alberto José Gomes Neto¹
Murilo Arruda²

O presente artigo foi desenvolvido a partir de um levantamento de dados feito com recortes fotográficos de matérias e reportagens publicadas no Jornal A Tarde, entres os anos de 2002 a 2005. Partimos da premissa que os jornais de circulação diária guardam as memórias dos fazeres cotidianos. O objetivo geral deste trabalho é traçar uma linha do tempo a ser investigada entre os anos fotografados, para iniciar uma recomposição do contexto passado, além da consecução do direito ao casamento civil, pesquisa em andamento. Para tanto, foi traçado um percurso através das matérias que remetiam ao envolvimento do Judiciário, com especial interesse por notícias sobre decisões judiciais que apontam em direção da construção e do reconhecimento de direitos da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis). A primeira constatação foi que a maioria dos conflitos judiciais em que figuravam LGBTs se referiam a ações de reconhecimento da união estável homoafetiva e a sua equiparação com a união heteroafetiva. Fato que pode ter contribuído com que a instituição da união homoafetiva fosse levada, posteriormente, à apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF), até, por fim, assentar-se com a Resolução n. 175 do Conselho Nacional Justiça (CNJ). De forma parcial, buscamos elucidar, a partir de análises descritivas, a relação entre ações da vida cotidiana e o Voto do ministro Ayres Britto (STF), relator do julgamento que reconheceu a união homoafetiva. Por hora, destaca-se a importância do Judiciário para o atendimento das demandas sociais e jurídicas do segmento LGBT no Brasil, diante da inércia do Legislativo brasileiro em decretar leis, como, o Projeto de Lei 1.151 de 1995, de autoria da ex-deputada federal Marta Suplicy (PT-SP). Dessa forma, pode-se inferir que, a afirmação de direitos de cidadania aos membros LGBT se deu através das decisões judiciais, ainda que parco, podendo-se mencionar, portanto, uma cultura jurídica pró-LGBT, que encontra ressonâncias nos jornais investigados.

Palavras-chave: Direitos LGBT; Judiciário; União estável homoafetiva.

¹ Orientando, graduando do curso de Direito, 6º semestre, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), bolsista de iniciação científica pelo PIBIC pela UCSAL.

² Professor assistente na Universidade Católica do Salvador (UCSal), mestre e doutorando em Ciências Sociais e integrante do Núcleo de Pesquisa Cultura, Poder e Memória da UCSal. Orientador.

Economia dos setores populares na Região Metropolitana de Salvador: dimensão e características

Gabriel Vilas Boas Lino de Jesus¹
Gabriel Kraychete Sobrinho²

A pesquisa tem por objeto o tema da economia dos setores populares e busca responder as seguintes questões: o que se entende por economia dos setores populares; qual a dimensão e características dessa economia na Região Metropolitana de Salvador – RMS, tendo como ponto de partida a hipótese de que, numa realidade como a da RMS, um grande contingente de trabalhadores, por razões estruturais, não está inserido no mercado regular de trabalho. Foram adotados os seguintes procedimentos: leitura e fichamento de bibliografia concernente ao tema e a análise e interpretação de dados secundários – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE de 1993, 2003 e 2013 –, para a RMS. Por economia dos setores populares entende-se o trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativo com a finalidade de prover e repor os meios de vida, baseado na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (entendido como relação social). Constatou-se que, em termos percentuais, a quantidade de trabalhadores assalariados com carteira assinada não ultrapassa 40% da População Economicamente Ativa – PEA, ao longo do período analisado, com uma variação negativa no período de 1993/2003 e positiva na década seguinte. Já o número de trabalhadores por conta própria, por sua vez, mantém-se praticamente inalterado (entorno de 20% da PEA) tanto no período de aumento do desemprego (1993/2003), como no período de crescimento econômico (2003/2013). Esses dados sugerem que a economia dos setores populares possui um caráter mais permanente e uma dinâmica própria, a exemplo do que Milton Santos denominava de “circuito inferior” da economia. Não se confunde com a chamada economia informal ou com as empresas tradicionais. Não se pode colocar no mesmo plano, sob a denominação genérica de atividade informal, o trabalho de uma mulher que vive da venda de geladinho e a empresa que contrata trabalho ou vende mercadorias desrespeitando a legislação trabalhista ou tributária. Os trabalhadores que vivem dessa economia dos setores populares estão inseridos em pleno mundo do mercado, mas carecem de direitos econômicos e sociais que podem ser acessados por meio do trabalho assalariado ou pela empresa tradicional. Esses dados convergem para a hipótese inicial dessa pesquisa, ou seja, a economia dos setores populares expressa uma situação que não é transitória, mas que se reproduz junto com os setores modernos:

¹ Graduando do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

² Professor, Coordenador da ITCP – UCSAL. Universidade Católica do Salvador. Orientador.

atualmente são, aproximadamente, 400 mil trabalhadores por conta própria e 300 mil desempregados que, dificilmente, serão englobados pelo trabalho assalariado com carteira. Se isto é verdade, novas indagações podem ser formuladas sobretudo quando se pensa em políticas de inserção social pelo trabalho.

Palavras-chave: Economia; Trabalho; Setores populares

Educação básica nos países, Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul (BRICS)

Rariana Ramos Conceição ¹
Kátia Siqueira de Freitas ²

A análise da educação básica entre os países dos BRICS retratou que eles podem compartilhar algumas práticas entre si. A educação básica no Brasil se divide em educação básica, técnico profissionalizante, educação de adultos e educação superior. As políticas educacionais pretendem que as crianças tenham acesso as escolas na idade certa, aos quatro anos de idade, aos cinco estejam alfabetizadas e aos oito anos com a alfabetização completa. Há o empenho na universalização da educação, sendo uma das metas, a erradicação do analfabetismo e a permanência na escola. Os BRICS tem investido na construção de escolas técnicas, ensino profissionalizante, que visam o encaminhamento para o mundo de trabalho, o desenvolvimento da cidadania, com o intuito de diminuir a desigualdade social e possibilitar a inserção social. O sistema escolar chinês, é dividido entre a educação básica, a educação superior e a educação adulta. São incluídos variados níveis de aprendizado : pré- escolas ou jardins de infância, nove anos de ensino compulsório, que compreendem o ensino primário e secundário e três anos de ensino médio. Há a qualificação profissional, bem como é a realizada a preparação dos graduados para exercício de uma profissão. Abrange os seguintes programas educacionais: vocacional, superior não universitária, universitária, educação de pós-graduação, incluindo programas de estudo de nível de doutorado. A educação na África do Sul é dividida em educação básica, responsável pela educação primária e secundária, e o da educação superior e treinamento, responsável pela educação superior e o treinamento profissionalizante. O sistema de educação da Índia compreende os seguintes níveis : educação pré-primária : primária (1º a 5º série); primária superior (6º a 8º série); secundária (9º a 10º série) secundário superior (11º a 12º série) e educação vocacional e educação de adultos. É possível melhorar os resultados educacionais com investimento político e financeiro continuado na educação e com boa gestão em todos os países dos BRICS. Os países reconhecem que devem melhorar de forma significativa a qualidade da educação, para que alunos tenham sucesso na vida e no trabalho, contribuindo para o exercício e manutenção da economia local, nacional e internacional. A diversidade de suas experiências políticas permite que os BRICS aprendam uns com os outros. As políticas educacionais tem-se mostrado bem-sucedidas e , se necessário, podem ser ajustadas para serem adotadas em outro, conforme sua capacidade de investimento e cultura. Os cinco países, Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul, ganhariam com a cooperação em áreas em que enfrentam desafios comuns,

¹ Graduanda em Serviço Social- Bolsista UCSAL.

² Professora do curso de mestrado e doutorado ; líder do grupo de pesquisa GAPPS. Orientadora.

como a organização e o financiamento do desenvolvimento de habilidades, além do intercambio de suas instituições de ensino e pesquisa de nível superior no plano mundial.

Palavras chave : Educação; Políticas; Culturas.

Educação, cidadania e ensino básico nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

Vanessa Irra de Aquino Araújo¹
Katia Siqueira de Freitas²

As atividades desenvolvidas durante a participação no Programa de iniciação científica, no grupo de pesquisa de Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais, tiveram como pressuposto inicial o estímulo à produção acadêmica e incentivo à articulação entre a pós-graduação, graduação e as escolas da rede pública de educação básica nacional e nos BRICS, que é um agrupamento de países “emergentes” Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que formam uma mecanismo internacional. As principais atividades basearam-se na identificação da qualidade da educação básica nestes países, entendendo que dentre os direitos humanos está o de usufruir de educação de qualidade que prepare o cidadão, o trabalhador e o pesquisador para o mundo em constante mudança e o cuidado com o estar coletivo. Houve a busca e o incentivo à compreensão e a articulação entre pós-graduação e escolas de educação básica, na temática relativa às políticas sobre qualidade da Educação, Educação em Direitos Humanos (EDH), Cidadania e preparação para o trabalho, tendo em vista a investigação e aplicação de medidas de gestão, voltadas para o desenvolvimento de planos, programas e projetos, assim como a formação dos profissionais que atuam na educação básica. A interação com os mestrados e pesquisadores do Grupo de Pesquisa fomentou a ampliação das habilidades de pesquisa, possibilitando uma melhor compreensão neste aspecto. Tal proposta metodológica de trabalho, além disso, possibilitou traçar o perfil e a qualidade da educação básica nos países do BRICS e avaliar os mecanismos societários de atenção aos direitos sociais sobre a educação de qualidade. As reuniões de grupo se destacaram imprescindíveis para o planejamento de atividades de estudo e pesquisa, bem como a leitura produções científicas que tratam sobre o tema em questão e de obras como a do autor: Antônio Carlos Gil: Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Assim para direcionar a pesquisa e auxiliar no entendimento sobre o tema foram feitos quadros comparativos sobre a educação básica, formação de professores e acesso ao ensino superior em cada país do BRICS, além da pesquisa sobre o oferecimento de mestrados profissionais neste âmbito em nos países do MERCOSUL, Europa, EUA e Canadá. Foram feitas análises de produções científicas em sites como: SCIELO e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses da Capes e Domínio Público (MEC). As atividades propiciaram o desenvolvimento de

¹ Graduanda do curso de Direito – Bolsista do CNPQ

² Professora do curso de Mestrado; Líder do grupo de pesquisa GAPPS. Orientadora.

habilidades básicas em pesquisa, em redação, levantamento bibliográfico dos autores, e acima de tudo propiciou a reflexão a respeito das políticas públicas e instrumentos educacionais vigentes. Contudo, compreende-se que os objetivos e questões levantadas durante o processo de pesquisa foram de fundamental importância para caracterizar as habilidades iniciais de pesquisador.

Palavras chave: Avaliação de políticas da educação; gestão da educação; educação básica.

Emprego do Matlab como instrumento para aprendizagem em Matemática e Engenharia

Éverton S. Soares¹
Vânia G. Brito Santos²

Esse projeto visa propor o uso do software matemático Matlab (ou Octave), como facilitador para geração de curvas e gráficos, que possibilitem ao aluno de graduação obter facilmente a visualização de funções ou parametrizações. Elaborar texto explicativo como orientação básica, apresentando o uso dos principais comandos. Aplicar o software no cálculo de carga crítica para flambagem, conteúdo específico do Curso de Engenharia Civil. Desde o ensino médio percebe-se que a maioria dos estudantes possuem dificuldades em construir e analisar gráficos, sendo esses fundamentais para uma visualização do comportamento de uma função ou parametrização. Nesse contexto, evidencia-se a importância do uso de ferramentas computacionais que sejam facilitadores na construção de gráficos e na operação de cálculos mais complexos. O Matlab tem sido o aplicativo mais utilizado por estudantes em universidades em todo o mundo, a exemplo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Universidade de Oxford e Universidade de Harvard. No Brasil, diversas universidades adotaram o software para desenvolver projetos de pesquisa, sendo também contemplado como conteúdo de disciplinas de alguns Cursos de graduação.

Metodologia: O trabalho foi desenvolvido com o estudo do software Matlab para elaboração de texto explicativo ou manual de uso, com ênfase na elaboração de gráficos. Supondo que em um problema de aplicação de engenharia seja necessário realizar gráficos variados e calcular a estatística associada aos dados de entrada e saída, como ajuste de curvas, média, desvio padrão etc., na maioria das linguagens de programação seria necessário escrever as funções ou suas subrotinas para implementar os cálculos. No entanto, o Matlab apresenta mais de mil funções prontas e ainda ferramentas adicionais que ampliam os recursos computacionais minimizando o tempo gasto para implementar um programa. Além disso, o sistema permite a resolução de muitos problemas numéricos em apenas uma fração do tempo que se gastaria para escrever um programa semelhante em linguagem Fortran, Basic ou C e ainda permite a interface com outros programas, tais como C e Excel.

Resultados: A exemplo das figuras a seguir, gerou-se as curvas em 2D num só plano coordenado. Seguem as linhas de comandos usados:

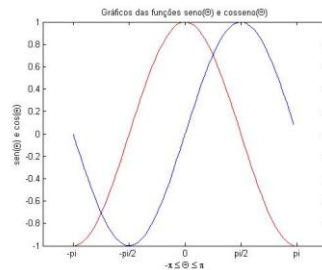
¹ Bolsista PIBIC/UCSAL – Curso de Licenciatura em Matemática

² Professora PIBIC/UCSAL Orientadora.

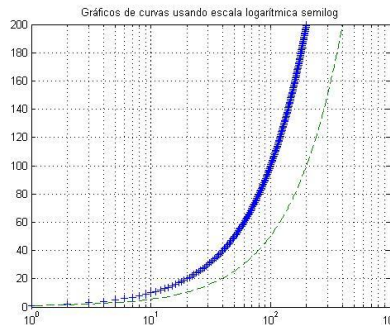


```
x = -pi:1:pi;
y = sin(x);
z=cos(x);
plot(x,y,x,z)
Descrevendo o intervalo a ser apresentado no eixo x, em termos de pi radianos:
set(gca,'XTick',-pi:pi/2:pi)
set(gca,'XTickLabel',{'-pi','-pi/2','0','pi/2','pi'})
xlabel('-\pi \leq \Theta \leq \pi')
Descrevendo as funções que estão sendo representadas, no eixo y, e o título:
ylabel('sen(\Theta) e cos(\Theta)')
title('Gráficos das funções seno(\Theta) e cosseno(\Theta)')
```

Gerando o gráfico:

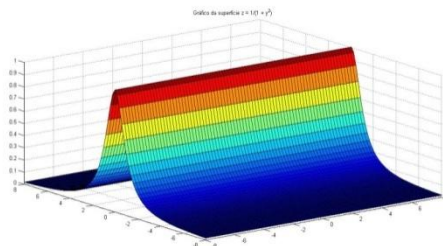


```
Usando escala logarítmica semilog, com os comandos:
semilogx(1:200,'+')
hold all
plot(1:2:400,1:200,'--')
hold off
grid on
title('Gráficos de curvas usando escala logarítmica semilog')
Obteve-se o gráfico:
```



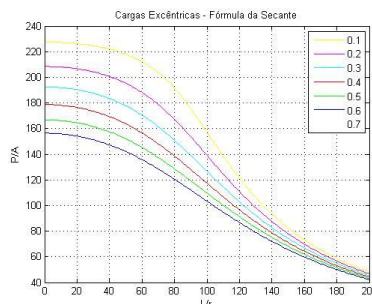
O Matlab também é poderoso para construção de gráficos 3D, como exemplo usamos gerou-se uma superfície através da função $z = \frac{1}{1 + y^2}$, onde foram aplicados os comandos:

```
[X,Y]=meshgrid(-8:0.2:8);
Z=1./(1+Y.^2);
surf(X, Y, Z)
Gerando o gráfico:
```

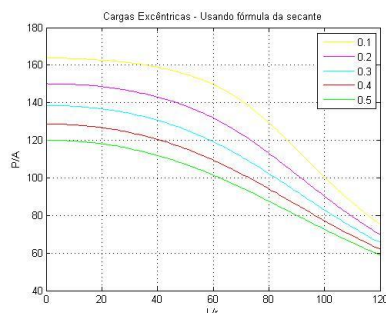


Aplicação na Engenharia Civil – Flambagem

Baseando-se no trabalho – *Uma experiência didática com base no emprego do Matlab nos cursos de graduação da faculdade de engenharia da UERJ* – apresentado na COBENGE, em Brasília, 2004, com algumas inovações foi então escrito um novo script mais dinâmico, e com esse obteve-se as curvas que indicam os limites de carga máxima, considerando inicialmente um aço com tensão de escoamento de 250MPa e módulo de elasticidade de 200GPa.



Depois, considerando hipoteticamente, um aço com tensão de escoamento de 180MPa e módulo de elasticidade de 120GPa.



É evidente o poder gráfico do Matlab e seu valor na construção de algoritmos e cálculos. É de grande relevância inseri-lo nos Cursos de graduação que possuem disciplinas de cálculo, álgebra linear, e que trabalham com construção gráfica.

Envolvimento do pai com o(a) filho(a) na infância, adolescência e vida adulta

Graziela Araujo Barreto Pimenta¹
Lúcia Vaz de Campos Moreira²

A paternidade vem apresentando mudanças nas últimas décadas. Diante disso, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o envolvimento do pai com o filho nas seguintes fases do desenvolvimento deste: a infância, a adolescência e a vida adulta. Para atingir tal objetivo, foi realizado estudo qualitativo descritivo no qual foram entrevistados cinco homens de classe D (conforme critérios do IBGE) residentes em Salvador, que tinham entre 40 e 49 anos, que eram pais e tinham seus próprios pais ainda vivos. Como instrumento, foi construído um roteiro de entrevista com questões abertas. Os participantes foram acessados utilizando a técnica bola de neve. Todos assinaram termo de consentimento livre e esclarecido e a coleta de dados só foi realizada após aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. Os dados encontrados foram analisados de forma descritiva. Os principais resultados obtidos foram: no período da infância dos participantes, o envolvimento dos seus pais com eles em termos de interação ocorreu de forma moderada (quatro casos) ou alta (um caso). Já a disponibilidade do pai foi considerada moderada por todos eles. Por sua vez, a responsabilidade foi avaliada como alta (quatro casos) ou moderada (um caso). Já na adolescência, a interação foi considerada como moderada por todos os entrevistados, a disponibilidade foi avaliada como moderada (quatro casos) ou baixa (um caso), e a responsabilidade foi concebida como alta (três casos), moderada (um caso) ou baixa (um caso). Finalmente, na vida adulta, a interação do pai com o participante foi considerada baixa (três casos), moderada (um caso) ou alta (um caso). Ao se investigar como o participante se envolve com seus próprios filhos, em relação à interação obteve-se que ela foi avaliada como alta (quatro casos) ou moderada (um caso). Sobre a disponibilidade, ela foi considerada como alta (dois casos), moderada (dois casos) ou baixa (um caso). Em termos de responsabilidade, todos os entrevistados se avaliam como sendo altamente envolvidos neste aspecto. Sobre o que favorece o envolvimento dos participantes com seus filhos, foram destacados os seguintes aspectos: o diálogo entre eles, a boa interação, a dedicação do pai para com o filho, seguir o exemplo positivo do próprio pai e relevar alguns problemas. Por outro lado, prejudicam ou dificultam o envolvimento paterno dos entrevistados com seus filhos: as más companhias do filho, ser muito protetor e não residir com a criança. É importante destacar que

¹ Graduanda do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista de iniciação científica do CNPq.

² Doutora em Psicologia (USP) e professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Orientadora.

dois pais consideram que nada prejudica seu envolvimento com o filho. Conclui-se que, de modo geral, os participantes avaliam que são mais envolvidos com seus filhos do que seus próprios pais foram com eles. É importante também destacar que a responsabilidade foi o aspecto que se destacou em termos de envolvimento nas duas gerações investigadas.

Palavras-chave: Envolvimento paterno; Ciclo vital; Paternidade responsável.

Envolvimento paterno ao longo do ciclo vital

Thiago José Santana Silva¹
Lúcia Vaz de Campos Moreira²

Assim como a família, a paternidade vem apresentando mudanças. Diante disso, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o envolvimento do pai com o filho na infância, adolescência e vida adulta. Para tanto, foi realizado estudo de casos múltiplos no qual foram entrevistados cinco homens de classe D (cuja renda familiar mensal era de mais de um a três salários mínimos) residentes em Salvador, que tinham entre 40 e 49 anos, que eram pais e tinham seus próprios pais ainda vivos. Como instrumento, foi elaborado um roteiro de entrevista com questões abertas. Os participantes foram acessados por meio da técnica bola de neve e assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. A coleta de dados foi realizada após aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal. Os dados encontrados foram analisados de forma descritiva. Obteve-se como principais resultados: no período da infância dos participantes, o envolvimento dos seus pais com eles em termos de interação ocorreu de forma moderada (quatro casos) ou alta (um caso). Por sua vez, a disponibilidade do pai foi considerada moderada por todos eles. A responsabilidade foi avaliada como alta (quatro casos) ou moderada (um caso). Na adolescência, a interação foi considerada como moderada por todos os entrevistados, a disponibilidade foi avaliada como moderada (quatro casos) ou baixa (um caso), e a responsabilidade foi concebida como alta (três casos), moderada (um caso) ou baixa (um caso). Por fim, na vida adulta, a interação do pai com o participante foi considerada baixa (três casos), moderada (um caso) ou alta (um caso). Ao se questionar como o participante se envolve com seus próprios filhos, em relação à interação obteve-se que ela foi avaliada como alta (quatro casos) ou moderada (um caso). A respeito da disponibilidade, ela foi considerada como alta (dois casos), moderada (dois casos) ou baixa (um caso). Sobre responsabilidade, todos os entrevistados se avaliam como sendo altamente envolvidos neste aspecto. Sobre o que favorece o envolvimento dos participantes com seus filhos, foram destacados os seguintes elementos: o diálogo entre eles, a boa interação, a dedicação do pai para com o filho, seguir o exemplo positivo do próprio pai e relevar alguns problemas. Por sua vez, prejudicam ou dificultam o envolvimento paterno dos entrevistados com seus filhos: as más companhias do filho, ser muito protetor e não residir com a criança. É importante destacar que dois pais consideram que nada

¹ Graduando do curso de História da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB.

² Doutora em Psicologia (USP) e professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Orientadora.

prejudica seu envolvimento com o filho. Como considerações finais, identificou-se que, de modo geral, os participantes avaliam que são mais envolvidos com seus filhos do que seus próprios pais foram com eles. Também é relevante destacar que a responsabilidade foi o aspecto que se destacou em termos de envolvimento nas duas gerações estudadas.

Palavras-chave: Paternidade; Envolvimento paterno; Ciclo vital.

Espacialização do Ensino Superior na Região Metropolitana – o caso da Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Yuri Barros Barbosa¹
Silvana Sá de Carvalho²

Através das discussões do grupo de pesquisa de Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Territorial e Ambiental observou-se a necessidade de bases cartográficas acerca do ensino superior em Salvador. O objetivo específico do trabalho é produzir cartografia temática e de síntese com dados sobre Ensino Superior, inicialmente da UCSal. Esses mapas precisam oferecer condições para que possam ser facilmente atualizados com os dados anuais da IES tornando-se um instrumento de síntese de dados com diversas utilidades. Para o desenvolvimento do projeto foi necessário um levantamento de dados sobre os alunos da UCSAL – endereço, cursos, etc.; produção e atualização de mapas de análise e de síntese com as informações geográficas coletadas e produção de artigos e relatórios sobre a pesquisa efetuada para divulgação da mesma. Como resultado do levantamento de dados e organização das informações com mais de 9000 (nove mil) estudantes da UCSal foi criado o Mapa de Localização dos Alunos da UCSal, o qual mostra onde estão concentrados os discentes por bairro em toda cidade de Salvador.

Palavras-chave: Espacialização do Ensino Superior; UCSal; Geoprocessamento

¹ Aluno do Curso de Graduação em Engenharia Civil da UCSAL, bolsista Fapesb, yuribarbosa@email.com

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL, silvana.carvalho@ucsal.br. Orientadora

Estado, religiões & discursos: a laicidade e as abordagens nos discursos políticos no Brasil contemporâneo

Filipe Mateus de Jesus Lima¹
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

Através de processos de socialização, a vida pública e privada se mesclam e se aproximam, especialmente no âmbito jurídico-legal, incorporando práticas familiares e discursos políticos na contemporaneidade. Observa-se tal fato na concepção de família trazida pela Constituição Federal de 1988, tomando como prerrogativa a proporcionalidade da pessoa humana em agir e constituir-se perante sua vontade e própria consciência, resguardando as ações vedadas por lei vigente. Entre as dimensões individuais e coletivas, a organização familiar toma posse de um lugar de destaque e, muitas vezes esquecida por legisladores e em sua multiplicidade conceitual, avança em pautas polêmicas e políticas, além de utilizada como marco da não laicidade. Há que se valorizar e considerar os avanços alcançados dentre essas relações tanto legais quanto sociais, como é o exemplo da união estável homoafetiva, filiação, nome social, etc. Isso leva à produção discursiva em agendas políticas de maneira a redesenhar atuações e prioridades, especialmente apontadas por “bancadas partidárias”. Sendo expressiva e visivelmente em determinadas atitudes essenciais às manobras políticas autoritárias ou com cunho totalmente particular, sem expressividade ao momento vivido ou amplamente representativo, a visibilidade de simples aquisição de mais poder ou imposição cultural, bem como as divergências e as múltiplas representações através dos discursos políticos proferidos e divulgados abertamente pelas duas casas legislativas brasileiras (Senado e Câmara) tomam lugar e indicam conservadorismo e quebra de princípios. Através da Teoria Crítica e de uma aproximação conceitual de fetichização (Kurz) e espetacularização (Debord) proporcionam base fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. Como demonstrado na análise de discursos do dia 17/04/2016, na votação da Câmara dos Deputados, sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff, assinala motivações, anseios e ideologias. Ao elencar, através de metodologia qualitativa e análise de discurso, apresentam-se resultados parciais da pesquisa documental e midiática delimitada para esse trabalho. A hipótese sobre representatividade e abordagem sobre relações entre Estado e religião pode ser indicada pela expressiva análise com destaque aos deputados e senadores em processo de afastamento do mais alto cargo executivo do Estado federativo e suas aproximações

¹ Estudante do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador. Bolsista do CNPq/Ucsal.

² Doutora em História pela Universidade de Leon (Espanha). Professora e investigadora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes e Identidades (NPEJI/UCSAL). Orientadora.

e suas rupturas com o princípio de laicidade e a necessidade de argumentos lógicos e constitucionais para sustentar qualquer posição perante uma votação plenária. Em abordagem comparativa, identificar e avaliar discursos tanto do processo de criação do Estatuto das famílias quanto no processo de impeachment da presidente são parte dos objetivos dessa investigação, elencando por filiação partidária, processos de foro privado (Estatuto) e público (impeachment), tomando uma amostragem de cerca de dez por cento do total representativo das duas instâncias.

Palavras-chave: Estado, Discursos, Famílias; Religião; Constituição

Estratégias de educação ambiental baseadas na caracterização quali-quantitativa dos resíduos sólidos orgânicos gerados em uma instituição de ensino superior

Felipe Guimarães de Souza¹
Anderson AbbehusenFreire de Carvalho²
Juan Carlos Rossi Alva³

Os resíduos sólidos orgânicos podem ser gerados em uma instituição de ensino superior a partir da manipulação de alimentos, da manutenção e limpeza de áreas verdes, sendo um desafio para os seus gestores e toda a comunidade acadêmica. O objetivo do trabalho foi propor estratégias de educação ambiental relacionadas aos resíduos sólidos orgânicos gerados em uma Instituição de Ensino Superior a partir da caracterização quali-quantitativa dos mesmos. Foram identificados os locais de geração deste tipo de resíduo e durante os meses de Abril e Maio de 2016, os resíduos orgânicos foram coletados, quantificados e classificados em Desperdício e Não desperdício e em material rico em carbono e material rico em nitrogênio. A maior contribuição para geração de resíduos foi das lanchonetes (943208,2g – 44%), sendo 29% classificados como Desperdício, observado durante a classificação que provém de procedimentos equivocados durante o pré-preparo dos alimentos da Lanchonete 1. E em seguida os serviços de jardinagem com 802230,0g (37%), sendo 20% de poda, 37% de grama e 43% de folhas de varrição. Do valor total estimado nos setores administrativos 52086,8g (61%) foi classificado como Desperdício. Somando os valores das lanchonetes e dos setores administrativos chega-se a 324046,5g de Desperdício e 704717,7g de Não desperdício. Em relação ao total gerado nas aulas práticas, o curso de gastronomia contribuiu com 92% dos resíduos. Os resíduos de poda, grama, os das lanchonetes, das aulas práticas e dos setores foram classificados como materiais ricos em Nitrogênio (1894491,9g) enquanto que as folhas de varrição como material rico em Carbono (345860,0g). Em relação ao volume, os serviços de jardinagem geraram 18142,5L enquanto que os setores administrativos e lanchonetes geraram juntos 2547,2L. Como estratégias de educação ambiental para sensibilização da comunidade acadêmica visando a não geração, minimização e reaproveitamento dos resíduos orgânicos sugere-se: uma campanha para a minimização de desperdício de alimentos na instituição; elaboração de oficinas e cursos pelos alunos de gastronomia e nutrição, voltados para a manipulação dos alimentos destinados aos funcionários das lanchonetes; festival gastronômico

¹ Bolsista FAPESB – Graduando em Ciências Biológicas/UCSAL; Estagiário do Programa de Sustentabilidade Socioambiental/ UCSAL - felipe.guimaraes.souza@gmail.com.

² Professor assistente; Coordenador Geral do Programa de Sustentabilidade Socioambiental/ UCSAL. Coorientador.

³ Doutor em Ciências/UFRJ – Coordenador do Curso de Ciências Biológicas/UCSAL, Pesquisador do LEMA – Orientador.

com receitas que fazem aproveitamento integral dos alimentos, além da elaboração de livros de receitas pelos alunos; concursos de literatura de cordel sobre o tema para o público infanto-juvenil tendo os funcionários como parte dos jurados e que o produto destes concursos sejam mídias e livros utilizados em escolas no entorno da instituição; elaboração de oficinas que possam aproveitar os resíduos orgânicos dos serviços de jardinagem para criação de móveis (poda de árvores), brinquedos e artesanato em geral; implantação de uma Unidade Descentralizada de Compostagem como um espaço educativo na instituição.

Palavras-chave: Resíduos sólidos orgânicos; Educação ambiental;

Estudo populacional de *Ameivula abaetensis* Dias, Rocha & Vrcibradic, 2002 na restinga do Parque das Dunas, Salvador, Bahia, Brasil

Milton Salomar Fonseca Neto¹

Moacir Santos Tinôco²

Magno Lima Travassos de Oliveira³

O litoral norte da Bahia é constituído em sua maior parte pelo domínio de Mata Atlântica. Dentro desse domínio, porém, é possível encontrar diferentes formações vegetais, que estão associadas às diferentes características climáticas e geológicas da região. Uma dessas formações é denominada restinga, ambientes litorâneos com solo caracteristicamente arenoso e composto em toda sua extensão por dunas, possuindo também, alto grau de salinidade. A vegetação é predominantemente arbustiva, adaptada à alta taxa de salinidade bem como as altas temperaturas destes locais. As restingas atualmente vêm sofrendo diversos impactos e grande parte da sua área foi e continua sendo devastada, principalmente pelas construções civis. Esses impactos acabam afetando diretamente as espécies vegetais e animais que ali vivem. Dos animais uma das espécies mais ameaçadas é o *Ameivula abaetensis* Dias, Rocha & Vrcibradic, 2002, pois essa espécie de lagarto está distribuída somente nas dunas de restinga. A espécie em questão ainda não foi muito estudada, existindo poucos estudos relacionados à sua ecologia. O estudo das populações, sejam elas animais, vegetais ou de qualquer outro organismo vivo é de extrema importância para o entendimento da atual situação de determinada espécie, tornando possível o desenvolvimento de práticas adequadas que permita sua conservação. O objetivo principal do estudo foi avaliar a subpopulação da espécie endêmica *Ameivula abaetensis* na restinga do Parque das Dunas, na cidade de Salvador, Bahia. Os principais objetivos específicos do estudo foram estimar a densidade populacional da espécie na localidade e suas variações no decorrer do tempo. A amostragem foi realizada entre os meses de novembro de 2015 a junho de 2016. O método utilizado para a coleta dos espécimes foi o de armadilhas de interceptação e queda (pitfall traps), no total foram implantadas três estações com três baldes dispostos de maneira linear, com distância de 5 m de entre cada balde, as estações foram dispostas obedecendo uma distância de 1 ha entre elas, em

¹ Graduando em Ciências Biológicas, Centro de Ecologia e Conservação Ambiental – ECOA – Bolsista PIBIC - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB

² Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental – UCSAL; Biodiversity Management – DICE – University of Kent, Marlowe Building, Room 172, Canterbury, Kent, CT2 7NR, U.K., Orientador.

³ Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento – Universidade Federal da Bahia; Centro de Ecologia e Conservação Ambiental – ECOA. Coorientador.

formações de moita de restinga. As coletas aconteceram durante três dias totalizando 120h de esforço amostral, três vistorias foram realizadas em cada dia de coleta (das 09:00 às 10:00, das 12:00 às 13:00 e das 15:00 às 16:00, com intervalo de 2h entre cada vistoria). Os animais capturados pelas armadilhas foram medidos e marcados com o biopolímero fluorescente elastômero, obedecendo um código de numeração, para que futuramente em possíveis recapturas, os mesmos pudessem ser identificados. Ao todo foram coletados 7 indivíduos da espécie (*Ameivula abaetensis*), em sua maioria na estação 1 localizada, no alto de uma duna. Não foi possível realizar as análises estatísticas devidas para mensuração da densidade populacional, tendo em vista o pouco número de organismos coletados e a inexistência de recapturas, fato este que pode ter sido influenciado pelo pouco esforço.

Palavras-chave: População; *Ameivula abaetensis*; Restinga.

Guildas de formigas (*Hymenoptera: Formicidae*): método usado para diagnóstico de fragmento urbano de Floresta Atlântica, Salvador – Ba

Sara de Souza Gomes¹
Marcelo Cesar Lima Peres²
Marcelo Alves Dias³

Compondo um dos grupos de maior diversidade, com cerca de 14080 espécies, as formigas desempenham diferentes papéis nos ecossistemas que habitam. Por conta disso o conhecimento de suas comunidades torna-se importante para ter uma avaliação do ambiente em que estão inseridas. O presente estudo teve como objetivo analisar se guildas de formigas sofrem influência da fitofisionomia, vegetação secundária média em regeneração, dentro do fragmento florestal presente no 19º Batalhão de Caçadores do Exército de Pirajá (19BC), localizado no Bairro do Cabula. Para alcançar os objetivos, a caracterização da fitofisionomia foi feita a partir do documento Diagnóstico da vegetação do bioma Mata Atlântica em Salvador/BA, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado da Bahia e a Fundação José Silveira, em conjunto com a Resolução CONAMA nº 28, de 7 de dezembro de 1994. Mensuramos as variáveis de micro clima e de micro habitat e coletamos as formigas em 7 pontos amostrais de 3 x 3m, distando entre si 30m. Para o estudo foram utilizadas duas técnicas de amostragem, mini extrator Winkler, que ficou 24h em campo, e Isca de sardinha em óleo, colocada como atrativo em árvores durante o período de 1h. Foram medidas as variáveis ambientais: espessura de serapilheira, cobertura de serapilheira e herbácea medidas através dos critérios de Fournier (1974), declividade do solo, temperatura do solo medida com termômetro de solo a uma profundidade de 10cm e temperatura máxima e mínima do ambiente medida através do termômetro ambiental que permaneceu 24h em campo, todas as variáveis ambientais foram medidas dentro dos 7 pontos amostrais durante a coleta de formigas. Posterior à coleta em campo foi realizado a triagem do material em laboratório, montagem entomológica e separação em morfoespécies. Dentre as variáveis analisadas nos 7 pontos amostrais, as médias encontradas foram: espessura da serapilheira de 4.1cm, entre 75 a 100% de cobertura de serapilheira, declividade do solo com inclinação de 19.4 graus, entre 51 a 75% de cobertura herbácea,

¹ Graduanda em Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica - UCSal

² Doutor em Ecologia (UFBA), professor da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

³ Mestre em Ciências Biológicas - Subárea Zoologia, professor da graduação e da especialização em Gerenciamento Ambiental, pesquisador do Centro de Ecologia e Conservação Animal - ECOA/ICB/UCSal. Coorientador.

temperatura do solo de 27°C e amplitude térmica de 5.6°C. Por ainda estarem em fase de identificação as formigas não foram agrupadas em guildas. A partir dos resultados encontrados com as variáveis ambientais mensuradas pode-se inferir que a média do percentual de cobertura herbácea e de serapilheira encontrada condizem com o estágio de regeneração da vegetação encontrada, a inclinação média de 19 graus permite considerar que a influência do processo de lixiviação é baixa tanto pela leve inclinação quanto pela presença de serapilheira que impede a percolação de água com facilidade. A temperatura média do solo encontrada está dentro do esperado para 10cm de profundidade, por dispersar calor mais lentamente o solo mantém a temperatura da serapilheira com condições ideais para a sobrevivência das espécies. Tais dados possibilitam sugerir que há uma alta diversidade de formigas para a área analisada.

Palavras-chave: 19º Batalhão de Caçadores, variáveis ambientais, conservação

Inventário da araneofauna de áreas prioritárias para a conservação do Litoral Norte da Bahia

Marcos Vinícius Almeida Lopes¹
Tércio da Silva Melo²
Marcelo Cesar Lima Peres³

O Brasil possui umas das maiores diversidades do planeta, porém a mesma esta ameaçada devido à intensa atividade antrópica que os biomas Brasileiros vêm sofrendo. Para a manutenção dessa diversidade ameaçada, são necessárias ações conservacionistas, através de políticas públicas. Sendo desenvolvido no Brasil o programa de identificação de áreas prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros. Destacamos a ordem Araneae, pois ela constitui um dos maiores e mais diversificados grupos de animais, contribuindo tanto para o conhecimento básico dos ecossistemas, quanto para o monitoramento e planejamento de programas de conservação. Dessa forma, este estudo teve como objetivo ampliar o conhecimento da araneofauna do litoral norte do estado da Bahia, visando disponibilizar dados que ajudem subsidiar ações de planejamento e manejo das áreas prioritárias de Mata Atlântica do estado. Foram levantados os dados da Araneofauna do estado da Bahia na base de dados da coleção Aracnológica de referência do Centro ECOA da Universidade Católica do Salvador, sendo que o centro dispõe de dados coletados em cinco áreas prioritárias para a conservação. Para estimar a riqueza em espécies de aranhas para cada área prioritária amostrada foi utilizado o programa EstimateS 8.2.0 e para calcular a diversidade, equitabilidade e dominância das aranhas nas áreas prioritárias utilizou-se o programa PAST (Paleontological Statistics, versão 2.17). Foram identificadas 327 espécies e/ou morfoespécies de aranhas distribuídas em 168 gêneros e 46 famílias. Dentre as espécies registradas, foi identificado a presença de 12 espécies endêmicas para o Brasil. As áreas prioritárias Matas da Paralela e Pituvaçu (131 espécies) e APA Litoral Norte da Bahia (56) e APA Lagoa e Dunas do Abaeté (52) apresentaram a maior riqueza, enquanto que APA Joanes Ipitanga (51) e APA Baía de Todos os Santos (33) apresentaram as menores riquezas. Matas da Paralela e Pituvaçu apresentou a maior diversidade (H' 3.916) e Baía de Todos os Santos a menor diversidade (H' 2.786). Este estudo disponibiliza informações de amostragem para um grupo de grande importância ecológica, contribuindo assim para futuros trabalhos de conservação e

¹ Graduando do curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB.

² Mestre em Ecologia e Biomonitoramento (UFBA). Colaborador do Centro de Ecologia e Conservação Animal - ECOA/ICB/UCSal. Coorientador.

³ Doutor em Ecologia (UFBA), professor da graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Orientador.

manejo destas áreas. Onde informações geradas através de inventários são extremamente importantes para a conversação, pois permitem determinar áreas que necessitam de proteção e manejo da biodiversidade. As áreas prioritárias do litoral norte do estado abrigam uma elevada riqueza de espécies e sustentam uma grande diversidade de aranhas, sendo responsáveis pela manutenção da diversidade de aranhas do estado.

Palavras-chaves: Aranhas; Biodiversidade; Inventário.

Jusnaturalismo e suas relações com a Lei da Boa Razão

Vitor Araujo Bastos¹

Maria Helena Matue Ochi Flexor²

Dando segmento a pesquisa realizada pela Aluna Bolsista Lorena dos Santos Lopes, feita pela internet e consulta a livros sobre o Jusnaturalismo e suas relações com a Lei da Boa Razão, com o intuito de somar na pesquisa da orientadora Maria Helena, buscou encontrar textos e informações que esclarecem a forma como essa lei surgiu, o período histórico, suas consequências e relações com o Jusnaturalismo. Os métodos utilizados foram a análise (na internet) e coleta de materiais contundentes, que esclarecessem as dúvidas levantadas sobre a Lei da Boa Razão. Foi constatado que em meados do século XVIII, Marques de Pombal acreditando no poder da razão e na capacidade da lei para reformar a sociedade e utilizando da sua grande atuação política, iniciou sua obra modernizadora, e seu expoente maior transformador, relacionado ao mundo jurídico foi a Lei da Boa Razão, pois redefiniu a teoria das fontes do direito, tornando-se documento chave para a compreensão do bacharelismo liberal na cultura jurídica brasileira, trazendo consequências até a atualidade. Enquanto o jusnaturalismo se afigura como uma corrente jurisfilosófica de fundamentação do direito justo que remonta às representações primitivas da ordem legal de origem divina, passando pelos sofistas, estóicos, padres da igreja, escolásticos, racionalistas dos séculos XVII e XVIII, até a filosofia do direito natural do século XX. A lei em questão surgiu durante a vigência das Ordenações Filipinas (1603) e, entre os seus vários artigos, destaca-se a mudança no sistema de fontes do direito português. A pesquisa serve pra desvendar como a Lei da boa razão surgiu, como ela influencia a lei do Brasil nos dias de hoje e sua atuação na vida os índios que foram afetados por ela, tanto positivamente quanto negativamente. Objetivos foram alcançados parcialmente, faltou consulta a livros de direito presentes na universidade.

Palavras Chave: Pombal; Reforma; Documento.

¹ Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo, Bolsista PIBIC - FAPESB

² Professora UCSal. Orientadora.

Justiça juvenil restaurativa: uma revisão da produção acadêmica nacional *stricto sensu* no período de 2001 a 2005

Laís de Almeida Veiga¹
Jéssica Silva da Paixão²
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima³

A Justiça Restaurativa (JR) surge como um paradigma de justiça alternativo ao sistema retributivo, a fim de preservar a paz e a dignidade humana, por meio do diálogo entre vítima, ofensor e sociedade. Este novo modelo de jurisdição pode ser concebido para solucionar conflitos em diversas áreas tais como escolas, família e em matéria criminal. Destaca-se que a JR vem sendo investigada de forma interdisciplinar por pesquisadores em todos os continentes. Este trabalho visa identificar como o tema adolescente autor de ato infracional é integrado na produção acadêmica nacional *stricto sensu* sobre JR entre os anos de 2001 a 2005. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa na qual foi adotado como procedimento elementar o levantamento da produção acadêmica nacional *stricto sensu*, mediante a inserção das palavras-chave “Justiça Restaurativa”, “Adolescência” e “Ato Infracional”, no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBCT), no período de 2001 a 2005. Foram realizados, igualmente, enquanto procedimentos de pesquisa, a revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema e revisão legislativa. A partir do referido levantamento, observou-se que nos primeiros cinco anos do século XXI, no Brasil, não foram produzidas teses e dissertações sobre JR ou que integrem o tema adolescente em conflito com a lei e a JR. De acordo com a pesquisa, verificou-se que na produção *sobre* Justiça Restaurativa, a publicação de teses e dissertações foi iniciada somente a partir do ano de 2006, demonstrando o estado latente e atual desta discussão. Concluiu-se que há necessidade de mais estudos que promovam novas reflexões e auxiliem na elaboração de projetos e práticas de JR no Brasil, especialmente na área da socioeducação.

Palavras-chaves: Justiça Restaurativa; Ato infracional; Adolescência.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) UCSal-CAPES. Graduada em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos Direito à Saúde e Família. Bolsista CAPES. Coorientadora.

³ Doutora em Saúde Coletiva (ISC-UFBA). Docente do PPGFSC - UCSal. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos Direito à Saúde e Família. Orientadora.

Justiça restaurativa e discriminação racial no Brasil do século XXI

Blenda Santos de Jesus¹

Jéssica Silva da Paixão²

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima³

A discriminação racial constitui expressão de racismo personalizado que constrange um determinado grupo por suas características fenotípicas. Investigar esta temática em um país multicultural como o Brasil confere visibilidade ao contexto histórico e social dos sujeitos e promove a discussão acerca da responsabilização dos ofensores e da reparação dos danos causados. Autorizar a voz das vítimas e das comunidades é uma proposta da justiça restaurativa (JR). Devolve-se aos interessados o poder de planejarem e decidirem sobre a melhor forma de solucionar o conflito, a luz de princípios como a alteridade, a urbanidade e a legalidade. Assim, o presente trabalho visa identificar como a discriminação racial pode ser abordada na perspectiva da Justiça Restaurativa. Utilizou-se metodologia de natureza qualitativa adotando-se os procedimentos: revisão de literatura, revisão legislativa e levantamento da produção acadêmica nacional *stricto sensu* no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2001 a 2015. A partir da análise de um histórico recente da discriminação racial, e tomando como parâmetro a difusão da teoria da democracia racial no Brasil, diferenciam-se os conceitos de racismo, preconceito e discriminação racial, para identificar como esta é discutida na realidade brasileira e no âmbito dos projetos de JR. Embora a discussão seja de interesse público e social, ao realizar o levantamento da produção acadêmica nacional *stricto sensu* sobre JR não foram identificadas teses ou dissertações que trabalhem a questão da discriminação racial. Considerou-se que a JR pode ser uma alternativa às vias tradicionais de resolução de conflitos com fins de reparação de danos e restauração de vínculos, sobretudo em casos que violem dimensões da dignidade humana.

Palavras-chave: Discriminação Racial; Direitos Humanos; Justiça Restaurativa.

¹ Graduanda em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSAL).

² Mestranda do PPGFSC-UCSAL. Graduada em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Bolsista CAPES. Coorientadora.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), Juíza de Direito, Membro da Comissão Científica de Justiça Restaurativa da AMB, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSAL-CNPq). Orientadora.

Justiça restaurativa: um estudo acerca dos seus princípios

Joel Alves da Silva Neto¹

Jéssica Silva da Paixão²

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima³

A Justiça Restaurativa (JR) é um novo modelo de juridicidade que busca a pacificação social. Observam-se, no século XXI, estudos sobre este paradigma de justiça integrando várias áreas do conhecimento. Constitui-se relevante a pesquisa sobre os princípios basilares da JR para fundamentar procedimentos judiciais mais humanos, dialogais, que se proponham a edificar a paz e o respeito ao outro. O objetivo deste trabalho é discutir os princípios da justiça restaurativa à luz da teoria dos princípios. Utilizou-se metodologia de natureza qualitativa com os procedimentos de revisão de literatura, revisão legislativa e levantamento da produção acadêmica nacional *stricto sensu*. Observou-se que a produção acadêmica nacional acerca da JR cita os seus principais marcos legais e históricos, apresentando determinados princípios e valores como seus balizadores. Todavia, o estudo dos princípios, em matéria de JR, ainda não alcança em nível semântico e sintático o que vem a ser considerado como princípios relativamente à ciência jurídica. A Resolução Nº 2002/12 da Organização das Nações Unidas (ONU), marco legal internacional, é constantemente destacada pela produção acadêmica quando mencionam os princípios e os valores da JR. A mais recente Resolução Nº 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de março de 2016, merece destaque, pois se trata de marco legislativo nacional estratégico às iniciativas de JR. Os atos normativos referidos são importantes, pois unificam conceitos e trazem alguns princípios norteadores, entretanto, ressaltou-se que, não discutem o estatuto epistemológico da JR. Configura-se, assim, necessário investigar quais são os princípios estruturantes deste novo paradigma de justiça e como os mesmos podem concretizar as práticas restaurativas em meio a uma sociedade em que o judiciário sozinho já não é mais capaz de dirimir conflitos e construir a pacificação social.

Palavras-Chave: Justiça Restaurativa; Princípios; Práticas Restaurativas.

¹ Graduando em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal-CAPES). Graduada em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família. Bolsista CAPES. Coorientadora.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal-CAPES), Juíza de Direito, Membro da Comissão Científica de Justiça Restaurativa da AMB, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSAL-CNPq). Orientadora.

Levantamento da mastofauna terrestre da Reserva da Sapiranga, Mata de São João, Bahia, Brasil

Ana Chastinet Tavares¹
Anderson Abbehusen Freire de Carvalho²

O estudo foi realizado em um fragmento de mata secundária em estágio médio e avançado de regeneração, possuindo 600 ha. A área está localizada no distrito de Praia do Forte, município de Mata de São João a aproximadamente 50 km de Salvador. Os inventários da mastofauna proporcionam requisitos básicos para o desenvolvimento de ações conservacionistas e são essenciais para um manejo correto das espécies, principalmente, as que exibem algum grau de vulnerabilidade e uma importância ecológica significativa no ecossistema. O levantamento teve como objetivo inventariar e avaliar a riqueza de mamíferos terrestres da região, no período de agosto de 2015 a agosto de 2016. Os registros dos mamíferos foram realizados mensalmente, com a utilização de métodos diretos e indiretos, incluindo registros visuais, análise de pegadas, armadilha fotográfica, totalizando um esforço amostral de 720 minutos por mês para registros visuais e 2.280 minutos mensais para a armadilha de pegada e para a armadilha fotográfica. Juntas, estas técnicas se mostraram satisfatórias, porém existe a necessidade do emprego simultâneo de técnicas variadas de levantamento devido à dificuldade de sua visualização na natureza por conta que grande maioria das espécies de mamíferos vivem em áreas muito extensas, em ambientes de difícil acesso. O presente estudo revelou até o momento a presença de treze espécies de dez famílias e seis ordens de mamíferos, dentre estes muitas espécies consideradas ameaçadas no estado da Bahia como *Bradypus torquatus* e *Tamandua mirim*, ficando evidente a importância do fragmento florestal estudado para conservação dos mamíferos, em especial no Litoral Norte da Bahia.

Palavras-chave: Mamíferos; inventário; mata ombrófila

¹ Universidade Católica do Salvador, Centro de Ecologia e Conservação Ambiental - ECOA, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). e-mail: ana_chastinet@hotmail.com

² Universidade Católica do Salvador, Coordenador do Centro de Ecologia e Conservação Ambiental - ECOA, e-mail: andersonaf@ucsal.br. Orientador.

Levantamento preliminar de dois remanescentes vegetais no município de Alagoinhas, Bahia, Brasil

Larissa Souza Silva¹
Ricardo Marques²
Moacir Santos Tinoco³

Áreas de ecótono possuem potencial para abrigar comunidades ecológicas formadas por espécies especializadas e generalistas, podendo trazer dados úteis que contribuem para futuros estudos de padrões de diversidade entre ecossistemas. O Município de Alagoinhas está localizado em uma área de região de ecótono, possuindo um limitado acervo sobre a herpetofauna, instigando a produção de estudos na região. Este trabalho teve como objetivo inventariar répteis e anfíbios em dois remanescentes no município de Alagoinhas, analisar se há diferença de abundância de espécies entre os dois tipos vegetacionais e estimar a riqueza e diversidade da região amostrada. O município, por estar inserido em área de transição, apresenta características do domínio fitogeográfico de Mata Atlântica, Caatinga e ainda Cerrado, com a formação de enclaves. Visitei a área nos meses de Março e Abril de 2015 e Abril e Maio de 2016, amostrando em dois tipos vegetais distintos Campo Cerrado (CC) e Cerrado *Sensu Stricto* (CSS). Utilizei armadilhas de interceptação e queda (Pitfall), contendo quatro baldes de 20 L interligados em forma de “Y” por cercas guias, totalizando seis armadilhas e 24 baldes em cada ponto. Transectos foram distanciados entre si em 30 metros nos dois fragmentos, totalizando 12 transectos e as espécimes testemunhos foram depositadas na Coleção Herpetológica do Centro de Ecologia e Conservação Animal (CHECOA), da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Identifiquei 39 espécimes pertencentes a 18 gêneros e 21 espécies dentre estas, cinco espécimes de anura 10 de lagartos e cinco de serpentes. O CSS foi o habitat de maior riqueza com 12 espécies, enquanto o CC obteve sete espécies. *Kentropyx calcarata* (n=5) foi mais frequente no CSS, enquanto *Tropidurus hispidus* (n=3) foi mais frequente no CC. O índice de Shannon-Wiener mostrou que há maior diversidade de espécies na área CC ($H' = 2.1$). A área observada tem grande potencial de riqueza de espécies, tendo em vista que a curva de acumulação de espécies não se estabilizou, estimando mais 4 espécies, segundo o Bootstrap. Vale ressaltar, que o conhecimento sobre a herpetofauna em Alagoinhas era inexistente até então e trabalhos futuros com maior esforço amostral devem ampliar a amostragem na área, para dessa forma aproximar-se da real riqueza da área.

Palavras-chaves: Conservação; Répteis; Anfíbios; Diversidade.

¹ Graduando do curso de Ciências Biológicas - UCSal, bolsista FAPESB - (lars.biologia@gmail.com);

² Universidade Federal da Paraíba - (rcdmarquess@gmail.com). Coorientador.

³ Coordenador do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental - PRPPG/UCSAL, ECOA/UCSAL, PhD Biodiversity Management - DICE - University of Kent at Canterbury (moacirtinoco@gmail.com). Orientador.

Lusofonia em cheque: mulheres brasileiras no processo migratório e de exploração sexual

Ana Manuela Santos Conceição¹
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti²

A crise de 2009 afetou a economia do mundo, inclusive da Península Ibérica. Nos anos de 2013 e seguintes, as relações migratórias e renovação de processos de enfrentamento e combate ao tráfico de pessoas também foi intensificado e ganhou novas agendas. Deste modo, algumas medidas para “aliviar” a crise financeira foram se desenvolvendo e assuntos como: Migração, Comércio Sexual, Tráfico de Mulheres, Prostituição, Exploração Sexual ilegal e Deportação ganharão destaque em nossa pesquisa. Temas estes levantados mediante publicações contidas nos mais respeitados jornais de Portugal e Brasil. Quem são estas pessoas, quais são suas intenções ao migrarem para Portugal? Quais são as suas condições de vida e trabalho no país desconhecido? Como a mulher brasileira é representada? Quais são os estereótipos e a forma de tratamento que recebem por parte do Estado e Sociedade Civil? Nosso objetivo é detectar as representações transmitidas por essas mídias (portuguesas e brasileiras, entre os anos de 2009 a 2015) sobre as mulheres brasileiras e as circunstâncias de vulnerabilidade que levam essas mulheres a tornarem-se vítimas /cúmplices de redes mafisas. Realizamos um levantamento de imprensa digital (Brasil e Europa), como também referências documentais e bibliográfias, como marco temporal o final da primeira década do século XXI e os protocolos, agendas e tratados que asseguram as relações internacionais e a defesa de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Migração; Comércio Sexual; Tráfico de Mulheres; Prostituição; Exploração Sexual.

¹ Estudante da graduação em História pela UCSAL. Bolsista Fapesb

² Doutora em História pela Universidade de Leon (Espanha). Professora e investigadora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Juventudes e Identidades (NPEJI/UCSAL). Orientadora.

Medidas cautelares: limites entre a garantia da ordem pública e o assecuramento de direitos. A realidade do Núcleo de Prisão em Flagrante em Salvador

Victória Nascimento Araújo¹
Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado²

A pesquisa teve como objetivo o estudo do fundamento utilizado para a decretação de prisão em flagrante, considerando o princípio da presunção de inocência e que a prisão cautelar, conforme o Código de Processo Penal vigente, deve ser decretada excepcionalmente. O artigo 312 do Código de Processo Penal determina como fundamentos para a decretação de uma medida cautelar: “A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”. A análise crítica da opinião de doutrinadores sobre o tema, com o escopo de possibilitar maior domínio sobre as prisões preventivas e o fundamento da “garantia da ordem pública”. A partir das leituras, no artigo, está sendo abordado sobre a prisão preventiva no Brasil (definição e hipóteses de cabimento); prisão preventiva em um Estado Democrático de Direito; princípios constitucionais (princípio da presunção de inocência, princípio da proporcionalidade, princípio da razoável duração do processo), sobre o requisito de “garantia da ordem pública” (definição doutrinária e incompatibilidade com os princípios constitucionais). A maioria da doutrina consultada assume um olhar crítico sobre o fundamento da “garantia da ordem pública. Nesse diapasão, a visita ao Núcleo de Prisão em Flagrante (NPF) e o contato e análise das decretações de prisões preventivas estão sendo determinantes para verificação, *in concreto*, de qual é a frequência da utilização do fundamento “garantia da ordem pública”, o qual é ensejador de críticas, justamente pela vagueza e amplitude conceitual da expressão “ordem pública”, o que acaba dando margem à discricionariedade no momento da aplicação da prisão preventiva, além de que acaba por potencializar o punitivismo, se transformando em uma (incerta) antecipação da tutela penal.

Palavras-Chave: Ordem Pública; Prisão em Flagrante; Medidas Cautelares.

¹ Graduanda de Direito e bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica do Salvador (UCSal)

² Mestre e Doutora em Direito, PUC/SP; Professora de Direito Penal, UCSAL. Orientadora.

Mobilidade urbana de Salvador – o modal bicicleta

Prscila Lima Medeiros¹
Silvana Sá de Carvalho²

Salvador é a terceira maior cidade do país e encontra-se na sétima posição do *ranking* de pior trânsito, a segunda colocada a nível nacional. Nesse contexto, a bicicleta, surge como possibilidade de meio de transporte, sendo adequada para viagens de curta e média distância e utilizada não só para lazer, como também para atender as diversas necessidades individuais; mostra-se o meio de transporte mais rápido para viagens entre 400 metros e 1,5 quilômetro. Pensando nisso, esta pesquisa teve como propósito fazer um levantamento bibliográfico sobre a mobilidade urbana de Salvador, verificar as ciclovias implantadas na cidade e a existência de projetos para implantação de novas ciclovias; produzir cartografia temática e realizar pesquisa amostral sobre o uso da bicicleta na cidade. Visando atingir a estes objetivos, fez-se o levantamento das informações relativo a construção de ciclovias através dos órgãos municipais responsáveis; e para a elaboração dos mapas, utilizou-se de dados disponibilizados pela Prefeitura entre os períodos 2012 – 2015, elaborando este com um Sistema de Informação Geográfica (ArqGIS); por fim, para a pesquisa amostral, que está sendo desenvolvida após projeto ser aprovado pelo CEP (Conselho de Ética em Pesquisa), as pessoas devem responder a perguntas relacionadas ao seu deslocamento e ao uso da bicicleta como modal (tempo gasto, meio de transporte que utiliza, qual modo ela considera ideal para completar seu trajeto, entre outros). A partir da elaboração dos mapas, tornou-se evidente que a construção das ciclovias implantas concentrou-se, principalmente, na Orla Marítima da cidade, sendo à mesma observação compartilhada para os pontos de acesso ao Programa Salvador Vai de *Bike*. Outro fato, observado a partir do levantamento bibliográfico, está relacionada à população utilizar da topografia da cidade como justificativa para não adotar a bicicleta como modal. Desta forma, é notório a necessidade de melhor estruturação da cidade, havendo uma melhor distribuição das ciclovias, fazendo com que estas alcancem a região do Centro, como também políticas públicas que estimulem a população no uso deste modal.

Palavras-chave: Mobilidade urbana; Bicicleta; Salvador.

¹ Graduanda do curso de Engenharia Civil, bolsista Fapesb. E-mail: medeirsp@gmail.com

² Professora da UCSal. E-mail: silvana.carvalho@ucsal.br . Orientadora.

Movimento População de Rua de Salvador-Bahia: processos de organização para efetivação de direitos.

Angela Oliveira dos Santos¹
Maria de Fátima Pessôa Lepikson²

O presente trabalho foi elaborado para atender ao requisito de pesquisadora de Iniciação Científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), realizado entre agosto de 2015 e julho de 2016. Teve como objeto de análise o Movimento População de Rua de Salvador-Bahia (MPRS-BA). A motivação em estudar a organização da população em situação de rua em um movimento social surgiu durante o Estágio obrigatório da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador, realizado no Projeto Levanta-te Anda, ao constatar que, apesar do estigma atribuído e a vida marginal ao processo de organização social, esta população reagia de forma organizada na defesa dos mais elementares direitos. O estudo objetiva analisar o processo de organização do Movimento População de Rua de Salvador-Bahia no que diz respeito à efetivação dos direitos da população em situação de rua da cidade de Salvador, bem como levantar os elementos que motivaram o processo de organização deste Movimento. Para atender aos objetivos deste estudo foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e documental referente à organização do MPRS-BA. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica do Salvador, conforme a Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos e, foi aprovado. Assim, após a aprovação pelo CEP, foi aplicada a técnica de entrevista semi-estruturada com três integrantes do MPRS-BA, sendo dois deles, os seus instituidores. Esses assumem a linha de frente do Movimento. As entrevistas foram gravadas a fim de obter maior fidelidade nas informações prestadas. Através da metodologia sugerida na pesquisa constatou-se que o processo de organização do MPRS-BA foi determinado pela violência e preconceito sofrido pela população em situação de rua, pela violação de direitos a este segmento e, em razão do elevado número de pessoas em situação de rua na capital baiana. A organização de um movimento social com a população em situação de rua é diferente de outros segmentos. É considerado um processo difícil, pois são pessoas que não possuem locais fixos de estadia e/ou moradia na rua, com dificuldades de acessar os direitos que lhes são devidos, que vivem à

¹ Graduanda 8º Semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador. Bolsista de Iniciação Científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² Professora Doutora da Escola de Serviço Social e do Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Líder do Grupo de Pesquisa Questão Social Estado e Sociedade Civil. Bacharel em Serviço Social. Orientadora.

margem do usufruto dos bens produzidos socialmente e, por lhes serem atribuídos estigmas pela sociedade, passam a compreender que são sujeitos despossuídos de direitos. Durante o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se a escassez de estudos sobre a organização da população em situação de rua em um movimento social. Essa realidade demandou mais esforços no que tange a investigação acerca do objeto de estudo. Foi possível conhecer particularidades inerentes à população em situação de rua de Salvador, que permitiram alcançar os pontos fundamentais propostos neste trabalho. Além disso, possibilitou uma excelente oportunidade de troca de conhecimentos e experiência rica e ímpar na vivência acadêmica.

Palavras-chave: Processo de organização; População em situação de rua; Movimento população de rua de Salvador.

Multisseriação e experiências sociais: um estudo de intervenções pedagógicas adotadas por professores do meio rural

Lorena Silva dos Anjos Cardoso¹
 Ana Sueli Teixeira de Pinho²

Este texto tem por objetivo compreender as intervenções adotadas pelos professores do campo em turmas multisseriadas, levando em consideração o contexto social e cultural dos sujeitos envolvidos. A intenção é saber em que medida os professores que atuam nesses espaços educativos utilizam as experiências sociais como ferramentas de aprendizagem em sala de aula, partindo da análise de autores que tomaram esse contexto como campo empírico. O artigo é resultante do projeto de pesquisa, financiada pela FAPESP e desenvolvida no âmbito da iniciação científica do Curso de Pedagogia UCSal, como parte das produções do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE. Do ponto de vista metodológico utilizou como referência teórica, a tese de doutorado de uma professora da Universidade Católica do Salvador e pesquisadora integrante do GRAFHO - Grupo de Pesquisa (Auto) biografia Formação História Oral – UNEB (Universidade do Estado da Bahia), que apresenta narrativas que revelam métodos e intervenções pedagógicas, a partir das experiências sociais no contexto da educação do campo e suas classes multisseriadas, percebendo aspectos relevantes para a construção da identidade daquelas escolas e favorecendo a aprendizagem e a troca de saberes entre os sujeitos que constituem o contexto pesquisado. A pesquisa foi de fundamental importância para compreender os desafios adotados pelos professores de classes multisseriadas na construção de intervenções pedagógicas que se relacionem com as experiências sociais que os sujeitos carregam consigo.

Palavras-chaves: Multisseriação; Experiências sociais; Intervenções pedagógicas.

¹ Bolsista iniciação científica, financiada pela FAPESP, estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Católica do Salvador e membro do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação – GRUDGE.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade/UNEB, Professora da Universidade Católica do Salvador e Assessora do Instituto Anísio Teixeira. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Docência e Gestão em Educação - GRUDGE e do Grupo de Pesquisa (Auto) biografia, Formação e História Oral (GRAFHO/CNPq/UNEB. anasuelipinho@yahoo.com.br. Orientadora.

O instrumento urbanístico de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) em Salvador, sob o olhar de suas respectivas comunidades: Pelourinho e Bairro da Paz

Mariane Carolina Gomes da Silva Rocha¹
Aparecida Netto Teixeira²

Recentemente no Brasil vem se registrando uma ação progressista pelo direito à moradia, considerado direito básico e garantidor de inúmeros outros direitos fundamentais. Um dos resultados dessa luta foi o Estatuto da Cidade, Lei Nacional (ou seja, vale para municípios, Estados-membros e a própria União) que tornou obrigatória a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para determinados municípios, no qual se enquadra o município de Salvador, caracterizado pelo baixo índice de desenvolvimento urbano, desigualdade social e insidioso déficit habitacional (quantitativo e qualitativo). Um instrumento urbanístico importante previsto no Estatuto da Cidade é o de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social -, que visa a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários. Nesse sentido o objetivo da presente pesquisa foi avaliar o panorama das Zonas Especiais de Interesse Social em Salvador, através do levantamento de dados e aplicação de entrevistas junto às Associações de Moradores das ZEIS selecionadas da Orla Atlântica e Centro Antigo. A partir de toda a atividade desenvolvida durante a pesquisa, com seleção e levantamento de dados em meio eletrônico e cartilhas fornecidas pelo Poder Público das ZEIS pesquisadas, foram escolhidas as ZEIS de Bairro da Paz (ZEIS 81) e Pelourinho (ZEIS 114), posteriormente houve elaboração do projeto de pesquisa, postado na Plataforma Brasil e remetido para Comitê de Ética em Pesquisa. Com aprovação do projeto, as entrevistas nos locais foram ocorrendo gradativamente, assim foi possível avaliar tais ZEIS, observar seus avanços e entraves em relação aos instrumentos urbanísticos constantes no PDDU de Salvador, sob a visão da própria comunidade e seu entendimento de ZEIS, e por fim analisá-las de forma comparativa. Os resultados da pesquisa sinalizam a falta de conhecimento acerca do instrumento de ZEIS pelas comunidades, cabe ressaltar que a regulamentação do instrumento vem sendo feita de modo insatisfatório. Há distinções entre tais ZEIS (81 e 114), enquanto que a ZEIS 81 tem um entrave jurídico contundente, pois sua área ainda é objeto de litígio, sendo um local estratégico para o grande capital por conta de sua localização geográfica, a ZEIS 114 obteve um avanço significativo em

¹ Estudante do Curso de Direito da UCSAL. Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB. Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade”.

² Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAUSP; Profa. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Salvador – UCSAL; Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade” da UCSal, com Bolsistas de Iniciação Científica da FAPESB. Orientadora

relação à regulamentação por causa dos diversos interesses em regularizar a área por ser ponto turístico forte, contudo, ainda há dificuldades em se avançar com projetos sociais, justamente por serem casarões tombados. Conclui-se que se faz mister um maior interesse público para a regularização efetiva dessas áreas, bem como uma resposta mais efetiva da administração pública, considerando as poucas ou inconclusivas respostas do aparelho estatal frente às demandas das comunidades.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Zona especial de interesse social; Salvador.

O papel do Poder Público e a atuação do Ministério Público para a implantação dos ecopontos no Município de Salvador

Gleycielle Almeida¹

Cristina Maria Fernandez Dacach Marchi²

Com a promulgação da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), muito foi exigido das entidades públicas e governamentais, principalmente no que tange à elaboração dos seus planos e planejamentos de resíduos sólidos, sejam esses individuais ou integrados. Mesmo tendo sido instituída há seis anos, ainda observa-se deficiência dos governos na elaboração do planejamento de destinação final de seus resíduos, principalmente quando se volta o olhar para o âmbito municipal. Nos últimos anos tem sido observado no município de Salvador uma movimentação visível da prefeitura com instalação de alguns equipamentos voltados para o descarte de materiais recicláveis, distribuídos pela cidade. Por outro lado, observa-se também o surgimento de outros aparelhos mais completos atrelados à atuação do Ministério Público da Bahia. Este trabalho, portanto, busca entender como está sendo a atuação de cada um desses entes e o que tem sido feito para o atendimento do exigido na Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Os resultados foram obtidos a partir de pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva com aplicação de entrevista junto à 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente do Ministério Público da Bahia (5ª PJMA – MP/BA). Na primeira etapa foram selecionados artigos que tratam sobre essa temática para uma aproximação dos autores com o tema, além da busca de documentos, manuais sobre conduta dos promotores de justiça da Bahia com relação à PNRS, publicados no próprio site do Ministério Público da Bahia e leitura atenta e dirigida da Lei 12.305/2010. Na segunda etapa foi elaborado questionário, e aplicado em entrevista à Promotora Responsável pela 5ª PJMA-MP/BA. Na terceira etapa foi aplicado questionário na comunidade de Águas Claras, pertencente ao Bairro de Cajazeiras no intuito de investigar como chegam informações sobre coleta seletiva a bairros afastados do centro do município. Através de entrevista junto ao Ministério Público da Bahia (MP), pode-se chegar à conclusão de como a atuação do MP através de suas Promotorias tem sido eficaz para a aplicação da Lei 12.305/2010.

Palavras-chave: Meio ambiente; Política nacional dos resíduos sólidos; Gestão de resíduos sólidos.

¹ Graduanda em Administração de Empresas na Universidade Católica do Salvador, membro do GP GAMDES e Bolsista de Iniciação Científica CNPQ. e-mail: gleycielle17@hotmail.com

² Administradora, Mestre em Planejamento Urbano e Doutora em Geologia. Professora do Programa de Pós graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador e Líder do GP GAMDES. e-mail: cristina.marchi@ucsal.br. Orientadora.

O paternalismo jurídico e o uso de drogas

Kelwin de Moura Costa¹
Antônio Carlos da Silva²

A presente pesquisa, inserida no projeto “O paradoxo da modernidade: instituições, políticas e cidadania”, teve como objetivo analisar o artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 que tipifica como delito o porte e posse de drogas para consumo pessoal. O paternalismo jurídico exercido pelo Estado ao realizar sua intervenção penal viola direitos fundamentais protegidos pela Constituição Federal e pela Declaração Universal de Direitos Humanos, bem como os princípios basilares constitucionais-penais de um Estado Democrático de Direito. Para tanto, e sob orientação dialética da temática em apreço, o pesquisador abarcou criticamente a referida Lei e suas “versões” antecedentes, uma leitura diretamente nas fontes e as circunstâncias históricas determinantes, não obstante, o diálogo com as doutrinas que abordam tanto a dogmática como a criminologia crítica, artigos científicos *et alii*. Foi constatado que a Intervenção Estatal quanto ao uso de drogas é ilegítima perante um Estado Democrático de Direito, pois essa intervenção é aplicada de modo que viola os direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988 (Artigo 5º, *caput*) e na Declaração Universal de Direitos Humanos (Artigo 4º) como a liberdade, afinal o usuário de drogas deveria poder dispor do seu corpo, desde que não atinja um terceiro, assim como também infringe a dignidade da pessoa humana (Artigo 1º da CF/88, inciso III), dado que a criminalização ao uso de drogas é uma reprovação de cunho moral, trazendo assim uma intolerância com os diferentes. Deste modo, o Estado não deveria interferir na vida íntima e privada (artigo 5º da CF/88, inciso X) do usuário de drogas, dado que o consumo de drogas diz respeito apenas ao indivíduo que o faz, visto que o mesmo tem sua liberdade de escolha e autonomia. Neste contexto, a liberdade deve ser entendida como a condição básica para o realizar político, parafraseando Hannah Arendt (2006), em alteridade como esse fenômeno específico da modernidade em que o espaço público é confundido com o privado e, por conseguinte, ausente de uma conquista real da cidadania social, tampouco de cidadania política e jurídica se entendermos a política na modernidade como “administração das coisas” (KURZ, 1998). O principal questionamento a respeito da política incriminatória relativa ao uso de drogas se situa aqui, já que este delito, por visar à proteção aos bens jurídicos “saúde pública” e “saúde individual”, fere o caráter de *ultima ratio* do princípio da Intervenção Mínima, pois não oferece

¹ Graduando em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e bolsista de Iniciação Científica da FAPESB.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania- PPGPSC da UCSal e coordenador do núcleo de Estudos sobre Governança e Instituições-NEGI. Orientador.

condições para tratar tal problema de maneira efetiva. Além da violação a este princípio, no momento em que a conduta de uso de drogas é classificada como sinônimo de autolesão, porque não ultrapassa o âmbito do próprio autor, não tipificará crime, uma vez que será afastada pelo princípio da Lesividade. No ordenamento jurídico brasileiro, a autolesão (como, por exemplo, o suicídio e automutilação) não tipifica conduta criminosa, o que, de logo, fundamenta o afastamento da norma penal. Consideramos, neste momento crucial da investigação, ainda em processo, que é necessária a declaração da absoluta inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/2006, por violação aos dispositivos legais já mencionados, no entanto, conscientes de que apenas a ciência jurídica é insuficiente para fundamentar aspectos representativos à universalidade abstrata na forma mercadoria (leia-se fetiche e alienação).

Palavras-chave: Paternalismo; Drogas; Inconstitucionalidade.



Paternidade e envolvimento paterno no processo de escolarização de crianças: concepções de alunos do ensino fundamental e de uma escola particular de Salvador

Iza Carolina Santos Cabral Rodrigues¹
Patrícia Carla Silva do Vale Zucoloto²

Este trabalho é resultado de uma pesquisa, cujo objetivo foi analisar as concepções de cinco alunos do Ensino Fundamental I, de uma escola particular, localizada em Salvador (BA), com idades de nove e dez anos, sobre paternidade e envolvimento do seu pai no próprio processo de escolarização. O objetivo da pesquisa maior, ao qual esse trabalho pertence, é analisar as concepções de alunos e equipe pedagógica (professores, coordenadoras e gestora) do Ensino Fundamental I, de uma escola particular que atende população de classe média de Salvador, sobre a infância contemporânea, sua educação e o envolvimento paterno no processo de escolarização dos filhos. O método utilizado foi uma metodologia qualitativa, que consistiu na realização de entrevistas com crianças do Ensino Fundamental I, numa escola particular de Salvador, acerca das suas concepções sobre paternidade e envolvimento paterno na escolarização das crianças. Os resultados iniciais demonstraram, principalmente, que as crianças entrevistadas, de modo geral, apresentaram a existência de uma paternidade mais participativa, mencionando que o pai se faz presente nas reuniões de escola, que pega e leva na escola e se preocupa com a dificuldade apresentada pelo filho na escola.

¹ Estudante de graduação do Curso de Direito da UCSal - Bolsista CNPq - e-mail: iza_rodriguz@hotmail.com

² Estudante de pós-doutorado do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea – UCSal. – e-mail: patvalezuc@hotmail.com. Orientadora.

Pobreza e inadequação do Saneamento Ambiental no Brasil

Lucas Henrique Santos Borges¹
Laila Nazem Mourad²

O seguinte artigo relaciona os problemas habitacionais existentes em nosso país, principalmente, nas grandes cidades, com a falta ou insuficiência de um sistema de infraestrutura sanitária adequada. Estes problemas, com raízes antigas, são, sobretudo, resultado do modelo de concentração de renda, no qual a população, principalmente a mais pobres, cria estratégias de sobrevivência que são inadequadas no âmbito das normativas legais. Para tanto, o artigo busca analisar a importância do saneamento ambiental para a saúde pública e qualidade ambiental urbana. Discutem-se, assim, as consequências da falta ou insuficiência de infraestrutura sanitária nos assentamentos precários. Deste modo, apresenta-se o conceito de saneamento ambiental, bem como, seus objetivos e aplicabilidade para a população em geral. Além do panorama histórico do saneamento básico no Brasil. Como também, caracterizam-se os assentamentos precários e expõe-se um relato histórico sobre a formação destes nas cidades brasileiras. Em suma, realiza-se um estudo integrado sobre a cidade em suas múltiplas dimensões: saneamento, saúde pública, habitação de interesse social e meio ambiente. Explicitando-se, então, as doenças relacionadas à falta de saneamento básico e as práticas usualmente utilizadas no controle do problema; e, os impactos ambientais causados pelo despejo irregular dos efluentes e pela inadequada disposição dos resíduos. Por fim, percebe-se que o histórico descaso com a população pobre, devido à cessão do poder público aos interesses dos “poderosos” e não às demandas sociais, estruturaram as grandes cidades brasileiras do modo que são hoje: caracterizando-se por espaços urbanos com diversos assentamentos precários, no qual a população ocupa e degrada áreas ambientalmente frágeis e encontra-se exposta a doenças de pele e risco de contaminação.

Palavras Chave: Saneamento ambiental; Assentamento precário; Saúde pública.

¹ Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento Municipal/ UCSAL e bolsista de iniciação científica da FAPESB.

² Professora doutora do programa de pós-graduação de planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Orientadora

Previsão da habitação social nas leis orçamentárias dos municípios da Região Metropolitana de Salvador/Ba

Juliana Soares de Oliva¹
Aparecida Netto Teixeira²

A função social da cidade e da propriedade foi regulamentada pelo Estatuto da Cidade, em 2001, no âmbito da regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Nesse quadro destaca-se a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), como uma ferramenta de proteção social, cujo objetivo principal é garantir o direito de permanência dos moradores de baixa renda no seu local de moradia, e a integração dessas regiões à cidade, a partir de processo participativo. A presente pesquisa tem como objetivo investigar a destinação de recursos públicos municipais para habitação social, particularmente em áreas demarcadas como ZEIS, mediante a análise das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis de Orçamento Anual para o ano de 2016. O recorte espacial da pesquisa abrange os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), entendendo-se que atualmente a problemática habitacional é uma questão de âmbito metropolitano. Além disso, a pesquisa tratou de investigar a atuação do órgão estadual Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) na temática da habitação social e ZEIS e em relação a projetos implantados e/ou em implantação nas ZEIS e ações de regularização fundiária. Para tanto, foi utilizado uma metodologia qualitativa com base na sistematização e avaliação dos respectivos textos legais, bem como pesquisa de campo nos referidos órgãos. É possível observar que há um déficit por parte dos municípios no tratamento legislativo que é dado as questões habitacionais. Na maior parte dos municípios, não há a preocupação em tratar dessa questão ao formular as Leis de Diretrizes Orçamentárias. Já nas Leis de Orçamento Anual, grande parte dos municípios prevê destinação para as questões habitacionais, fornecidas em sua maioria pelos Órgãos de Planejamento Urbano. Porém, não há uma preocupação em tratar das questões de habitação de interesse social isoladamente e, ainda, também não é dada uma previsão orçamentária fiscal específica as políticas de regularização fundiária. A previsão legislativa fiscal deve ser adequada para que haja uma reforma no panorama habitacional desses municípios.

Palavras-chave: Habitação; Leis; Social.

¹Estudante do Curso de Direito da UCSal. Bolsista de Iniciação Científica da UCSal. Integrante do Grupo de Pesquisa “Gestão Democrática da Cidade” (UCSal).

² Professora da UCSal – Coordenadora o curso de Arquitetura da UCSal. Orientadora

Programas de Habitação de Interesse Social na Cidade de Salvador (2000 – 2015): promoção de melhores condições de vida para população?

Gabriela Ribeiro dos Santos¹
Laila Nazem Mourad²

O presente artigo aborda a produção institucional de habitação de interesse social diante do contexto histórico brasileiro quanto à retomada do planejamento habitacional, no final do século XX. Tem-se a cidade de Salvador como objeto de estudo. Esta, que possui o espaço urbano marcado pela herança colonial e escravista, expressa por significativa desigualdade social e segregação espacial, relegou a grande maioria da população a condições precárias de moradia. Por isso, o artigo tem como objetivo identificar e analisar as tipologias dos programas de habitação de interesse social implementados na cidade de Salvador entre os anos de 2000 e 2015. Bem como, discutir os impactos territoriais fomentados por estes programas. Ademais, abordar as principais mudanças na política de habitação social nesse período. Para realização deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico e documental. Dessa forma, apresenta-se os programas implementados no período em questão e a forma que cada um deles funciona, isto, através da elaboração de quadros e tabelas. Como também, foram levantados os dados estatísticos sobre a população soteropolitana no IBGE e o déficit habitacional da cidade fornecido pela Fundação João Pinheiro. Assim, propicia-se uma leitura dos aspectos socioeconômicos e habitacionais no município. Apesar de existirem e ajudarem na redução do grande déficit habitacional ainda existente na cidade, esses programas possuem diversas falhas do ponto de vista social, já que sempre são feitos em regiões afastadas do centro, dificultando, por exemplo, o deslocamento das famílias até seus locais de trabalho. Além do que, há casos em que a população precisa lidar com problemas estruturais das habitações. Sendo assim, observa-se de que forma atua a política de habitação de interesse social e até onde as famílias mais necessitadas são contempladas por esse tipo de programa.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Programas de Habitação Social; Cidade de Salvador.

¹ Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento Municipal/UCSAL e bolsista de iniciação científica do CNPq.

² Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Orientadora

Protesto ou participação institucionalizada?

Luís Henrique de Almeida Silva¹
Cláudio André de Souza²

Essa pesquisa se debruçou a revisitar a literatura clássica dos movimentos sociais – e localizá-la nas conjunturas e produções latino-americanas – e suas grandes teorias (ALONSO, 2009), além de perseguir seu objetivo elementar, categorizar e traçar o perfil do movimento estudantil brasileiro em específico, e através desse perfil analítico fazer crivo crítico de suas substâncias, peculiaridades e interseccionalidades. Nessa perspectiva, o objetivo central dessa pesquisa foi estudar o movimento estudantil brasileiro nos últimos anos e desenvolver um levantamento dos repertórios de mobilização da UNE, considerando uma “saída” das ruas, no sentido de preservar posições partidárias e políticas em interação com a direção do movimento e estruturas de oportunidades políticas (EOPs) (TARROW, 2009) existentes. É mister destacar que para a concretização efetiva dos estudos pretendidos foi necessário ancorar-se na revisitação da literatura clássica dos movimentos sociais, principalmente, aos estudos pertinentes à ação coletiva presentes em Tilly (2009) e Tarrow (2009). Desse modo operar conceitos como repertório de ação, confronto político e a própria ação coletiva foram imprescindíveis para a estruturação da pesquisa. Esses pontos de partida conceituais se estruturaram como moléculas analíticas fundamentais para o agenciamento em torno da própria constituição realística do movimento social, dando margem conceitual à especificação sólida das idiossincrasias de um movimento estudantil. Portanto, utilizando como fundamento crítico e operando esses conceitos, a pesquisa se tornou robusta e capaz de analisar as questões atinentes à União Nacional dos Estudantes, trabalhando de maneira breve a sua historicidade (POERNER, 2004), e partindo para analisar a construção contemporânea do movimento estudantil liderado pela UNE frente às conjunturas nacionais logo após a posse, em 2003, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nessa perspectiva, a pesquisa busca desvendar as maneiras de mobilização e repertórios de ação incorporados pela UNE, e se estavam alinhados ou não com as escolhas políticas do Governo Federal e de seu partido, o Partido dos Trabalhadores. Dessa maneira, o Lulismo (SINGER, 2012) foi utilizado como chave interpretativa para compreender se a UNE se desmobilizou ou não diante da chegada do PT ao poder. Partindo, necessariamente, para o debate do protesto e da participação institucionalizada, e para esmiuçar em que quadro de mobilização a atuação da UNE se encontrava, a pesquisa, em sua fase prática se utilizou da categorização das redes sociais

¹ Estudante de Direito da Universidade Católica do Salvador, e bolsista PIBIC da UCSal.

² Claudio André de Souza, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, leciona na Universidade Católica do Salvador e na Faculdade Baiana de Direito. Orientador



da UNE e o tipo de interação desta com o Governo Federal. A rede social escolhida foi o Twitter, onde foram categorizadas as postagens da entidade de 2014 a 2016, na intenção da criação de um banco de dados que pudesse contribuir na análise do nível de ligação da entidade com o próprio Governo. A pesquisa consegue atender como resultados, a negativa da participação institucionalizada da UNE, e uma nova maneira de mobilização. Em contrapartida da tese de desmobilização, há na UNE uma mudança de sentido de mobilização, em acordo, inclusive, com a onda internacional de debates mais identitários e da vida universitária, conservando em pouca medida, os clássicos repertórios de ação, como os protestos de rua, por exemplo. Não há como conceber a tese da desmobilização da UNE para não agir em desconformidade com o PT e seus sustentáculos, simplesmente porque a União Nacional dos Estudantes, opta por opções políticas que se assimilam em certa medida com as políticas adotadas pelo Governo, e não para apenas agradá-lo. Nos moldes de um projeto político democrático-participativo (DAGNINO, 2006), a UNE, como entidade da sociedade civil não é homogênea e não pode ser entendida dessa maneira. A disputa do cenário político é cheia de grandes contradições e imbricações, e a UNE não foge a essa estrutura política caótica que é o cenário brasileiro. Adota, no entanto, uma postura de disputar os espaços políticos, inclusive confrontando o Governo Federal, principalmente quando no comando de Dilma Rousseff. Portanto, a UNE produz política de uma maneira diferente de que praticava antes, influenciada sim pelas EOPs produzidas no Governo Lula, mas não cooptada pelo governo, mas sim preenchida por uma autonomia própria de uma entidade que optou por um projeto político. Os objetivos foram parcialmente atingidos, falhando apenas na impossibilidade da categorização das redes sociais ao tempo do Governo Lula.

Palavras-chave: UNE; Movimento estudantil; Lulismo.



Racismo Institucional na Saúde: fatores dos serviços de saúde e da prática profissional que contribuem para a discriminação racial

Nayara Pereira Dias¹
Maria Cristina Gomes da Conceição²

O Racismo Institucional na saúde colabora para o fortalecimento das desigualdades existentes entre brancos e negros, tornando-o um problema social que compromete a saúde da população negra no Brasil. Este artigo tem como objetivo apontar os fatores dos serviços de saúde e da prática profissional que contribuem para a discriminação racial. A invisibilidade das doenças que mais acometem a população negra como diabetes mellitos, hipertensão arterial, doença falciforme e miomas, a não inclusão do quesito raça-cor nos formulários de saúde, além da pouca ou nenhuma discussão sobre a questão racial nos aparelhos de formação do profissional de saúde constituem fatores importantes que colaboram para manutenção da prática de discriminação racial e exclusão da população negra nos serviços de saúde.

Palavras-chave: Racismo Institucional; Profissionais de Saúde; População Negra.

¹ Estudante da Universidade Católica do Salvador, Bolsista Fapesb da Universidade Católica do Salvador
E-mail: nayaradias67@live.com - Este artigo é resultado da pesquisa “Discriminação Racial e Igualdade de Direitos a Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e do Programa de Combate ao Racismo Institucional no Município de Camaçari, Bahia apoiada pelo CNPq e Ministério da Saúde, realizada em parceria com a Secretaria de Saúde de Camaçari.

² Professora do Programa de Pós-Graduação da UCSal. Orientadora

Relação de estágio X relação de emprego: em que momento um se transforma no outro

Larissa Soeiro Cabral de Oliveira¹
Edilton Meirelles de Oliveira Santos²

Esta pesquisa analisa as máculas que podem existir por trás de uma relação de estágio, que consiste no meio pelo qual os estudantes, especialmente aqueles pertencentes ao ensino técnico e superior, podem ter acesso a uma maior aprendizagem através do contato com as experiências práticas da vida profissional. Em exame ao considerável fluxo de ações na justiça do Trabalho, cujas relações são oriundas de um contrato de estágio objetivando o reconhecimento de vínculo empregatício, é possível constatar que a aparente regularidade das relações de estágio é deveras frágil. As vantagens para que fraudada a relação de estágio são inúmeras, desde o aproveitamento de mão de obra especializada com preço ínfimo, até a isenção quanto a fiscalizações tributárias e trabalhistas, por exemplo. Em contrapartida, os impactos e reflexo negativos das cobranças - seja em razão da exaustiva carga horária ou mesmo do demasiado nível de obrigações às quais são compelidos - na vida acadêmica dos estagiários são inúmeros também. A facilidade de contratação de profissionais (ainda em formação), o baixo nível de fiscalização quanto à regularidade das relações, a fragilidade da legislação que não contempla a realidade contemporânea da vida dos estudantes, abarcando a vida econômica dos mesmos, são fortes aliados à manutenção da prática de “empregatização” (prática de preenchimento dos requisitos empregatícios sem a devida contraprestação legal) do estagiário.

Palavras-chave: Fraude trabalhista; Relação de emprego; Relação de estágio.

¹ Acadêmica em Direito pela Universidade Católica do Salvador e Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB (Fundo de Amparo à Pesquisa Científica do Estado da Bahia).

² Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1985), mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2011). Atualmente é desembargador do trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Professor no mestrado e doutorado da Universidade Católica do Salvador, professor adjunto na graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Orientador

Repertórios de mobilização e novas abordagens dos movimentos estudantis latino-americanos: uma análise das organizações estudantis atuantes no contexto atual com foco no Chile

Ananda Ellen de Carvalho Ribeiro¹
Claudio Andre de Souza²

Compreender as atuais mobilizações do movimento estudantil no Chile, acudidas em uma conjuntura de crescimento econômico, é a mola propulsora para compreender o breve histórico dos eventos sócio-políticos que fez surgir o cenário político chileno atual. O Chile é considerado laboratório do neoliberalismo. No Brasil, é notável a atual falta de participação da sociedade nas ruas e até mesmo na elaboração e construção das leis e da tão almejada conquistas fundamentais que é assegurada na Carta Magna. Assim, pode-se afirmar que a construção da cidadania no Brasil é baseada em um processo histórico, criado através de movimentos sociais e incansável procura por melhorias na sociedade. O cenário político latino-americano encontra-se desgastado, porém, não está destruído, o caminho para que a participação – *democrática*- política pode ser longo, mas enquanto houver jovens com vontade de mudar e pessoas comprometidas com seriedade, haverão os movimentos sociais e cada vez terá mais forças. Como principal questão conclusiva é possível compreender a força atual dos movimentos sociais latino-americanos em relação direta com o sistema político

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Bolsista PiBIC

² Professor Adjunto de Ciência Política da Universidade Católica do Salvador. Orientador

Rural estimulado pela intervenção pública na Bahia

Raimundo de Carvalho¹
Cristina Maria Macêdo de Alencar²

O Estado da Bahia configura uma vasta área territorial, inserida na região nordeste do Brasil, possui a maior área territorial da região do nordeste brasileiro, sendo que parte significativa desse território está inserida em áreas de especificidades rurais. Segundo o IBGE a Bahia possui uma área total de 564.732,642km, com uma população urbana em torno de 9.381,569, e rural em 3.914,430. O objetivo deste artigo é analisar o rural que é estimulado a se desenvolver a partir da intervenção pública no Estado da Bahia. Nesse sentido, a presente pesquisa desenvolveu-se a partir das reflexões construídas nos colóquios, encontros, seminários, dentre outras atividades acadêmicas, promovidas pelo Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento, Sociedade e Natureza - DSN, vinculado a Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Como aluno da licenciatura em geografia, bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, no período de 2015-2016, direcionei o olhar no entendimento de qual rural estava sendo estimulado a se desenvolver a partir da intervenção pública do Estado da Bahia, interessado em saber se a educação do campo está entre as preocupações do governo baiano. A metodologia dessa pesquisa foi respaldada na revisão bibliográfica, usando como fonte as publicações dos anais da Semana de Mobilização Científica da UCSAL - SEMOC, no período entre os anos de 2002 a 2015 e informações dos sites do governo da Bahia. A escolha dos anais da SEMOC como fonte de pesquisa ocorreu como forma de identificar a formação do geógrafo na UCASal como um todo, além das aulas de geografia agrária, organização regional do espaço brasileiro, geografia urbana, geografia da Bahia. Os resultados obtidos a partir dos anais mostram 22 tipos de rural onde existe intervenção pelo governo da Bahia, que são: Educação rural, questão Regional, Sustentabilidade, dinâmica sócio espacial, desenvolvimento econômico-social, questão ambiental, desenvolvimento territorial, questões agrária e regional, desenvolvimento humano, extrativismo e geração de renda, desenvolvimento sustentável e agronegócio, política social, turismo e dinâmica territorial, dinâmica econômica, cidadania e políticas públicas, agricultura familiar, cultura e identidade. Os sites de órgãos públicos foram analisados parcialmente. A educação do campo aparece em 3 das referências publicadas nos anais da SEMOC. Esses resultados mostram que o espaço rural baiano é diversificado tanto

¹ Graduando no curso de licenciatura em geografia pela Universidade Católica do Salvador-UCSAL- bolsista FAPESB.E-MAIL. raim1.2.ucsal@gmail.com.

² Prof.^a Dr.^a titular na Universidade Católica do Salvador – UCSAL- Líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza. E-mail: cristina.alencar@ucsal.br. Orientadora



como espaço geográfico quanto como formas de atividades em diversos seguimentos da sociedade. Uma conclusão fundamental da pesquisa e que mais ações afirmativas podem ser feitas por parte das políticas públicas da Bahia visando trabalhar mais a questão social em geral, Vale salientar que os objetivos foram alcançados parcialmente.

Palavras-chaves: Bahia; Espaço rural; Intervenção Pública.